

**Maria de Fátima Machado Dewes**

**EXPRESSÕES NÃO REFERENCIAIS NO  
DISCURSO POLÍTICO DAS DÉCADAS DE 60 E 70**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre

Curso de pós-graduação em Letras - Lingüística

Centro de Comunicação e Expressão

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Orientador: Prof. Dr. Nilson Lemos Lage

Florianópolis, Agosto de 1998

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção de grau de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Profª Drª. Loni Grimm Cabral  
Coordenadora

Prof. Dr. Nilson Lemos Lage

Apresenta à Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nilson Lemos Lage (UFSC)  
Orientador

Prof. Dr. Milton José Pinto (UFRJ)

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura (UFSC)

Prof. Dr. Orlando Tambosi (UFSC)

## ABSTRACT

This paper deals with language expressions and language usage by politicians and authorities just before the coup d'état of 1964, in Brazil, and during the years of military dictatorship that follows it. The corpora is composed by parliamentary speeches, proclamations and official documents. The theoretical approach is chiefly based on Formal Semantics, from Frege and Wittgesntein to the theories of Relevance (Sperber&Wilson) and Cognition (Johnson-Laird). Nevertheless, the sociological approach, from Bakhtin, Habermas and Austin, is also considered. The conclusion detaches the importance of the notions of vagueness and ambiguity (Kempson, Ducrot) to the comprehension of how this discourse has worked out, in spite of its lack of reference and coherence. Devices of persuasion, like the words democracy and freedom, are assembled with pre-suppositions and implicatures to build scenarios and to create scripts in which the most bizarre political actions seem to be rational and justified, in order to be accepted and supported by the apparent majority of Brazilian people.

## RESUMO

Este trabalho lida com expressões e usos de linguagem por políticos e autoridades um pouco antes do golpe de 1964 e durante os anos de ditadura militar que se seguiram. O corpora é constituído de discursos parlamentares, proclamações e documentos oficiais. A abordagem teórica é principalmente fundada na Semântica Formal, de Frege e Wittgesntein às teorias da relevância (Sperber & Wilson) e da cognição (Johnson-Laird). No entanto, a abordagem sociológica, desde Bakhtin, Austin e Habermas, é também considerada. A conclusão destaca a importância das noções de vagueza e ambigüidade (Kempson, Ducrot) para a compreensão de como este discurso funcionou, a despeito de sua falta de referência e coerência. Alavancas de persuasão, como as palavras democracia e liberdade, foram articuladas com pressupostos e implicaturas para construir cenários e criar roteiros nos quais as ações políticas mais estranhas pareciam racionais e justas, de modo a serem aceitas e apoiadas pela maioria aparente do povo brasileiro.

À memória de meu pai

... e quando passarem a limpo,  
e quando cortarem os laços  
e quando soltarem os sinos,  
façam a festa por mim.  
E quando lavarem a mágoa,  
e quando lavarem a alma  
e quando lavarem a água,  
lavem os olhos por mim.  
E quando brotarem as flores,  
e quando crescerem as matas,  
e quando colherem os frutos,  
digam o gosto pra mim.

(Vitor Martins)

ao meu filho, André, por ter topado essa parada  
a minha mãe e meus irmãos, pela força e carinho  
ao professor Nilson Lage, pela orientação.  
aos professores e colegas de curso.

aos amigos:  
Norberto,  
Vânia,  
Maria Pinto,  
Iracema,  
Sérgio Mibielli,  
Maria Eunice,  
Rita  
e Juadir.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO MENTAL
  - 2.1. Retórica, Comunicação e Convencimento
  - 2.2. Discurso e Considerações
  - 2.3. Signo e Ideologia
  - 2.4. O Discurso Dominante
3. LINGUAGEM E ORGANIZAÇÃO SOCIAL
  - 3.1. Noções e Processo Argumentativo
  - 3.2. O Papel da Opinião Pública
4. O FENÔMENO DA IMPRECISÃO
  - 4.1 Pressupostos e Subentendidos
  - 4.2. Implicaturas
5. A RETÓRICA DO GOLPE DE 1964
6. CONCLUSÃO
7. BIBLIOGRAFIA

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de certo conjunto de expressões utilizadas na retórica política que apresentam como característica alto grau de subjetividade interpretativa. As expressões lingüísticas - à exceção de designações próprias, em universos limitados ("André Machado", "o último cidadão da fila") - são mais ou menos imprecisas; no entanto, trataremos aqui de algumas que dependem, para ser minimamente interpretadas, das crenças, vivências e conhecimento de mundo de uma comunidade. Eventualmente, são capazes de indicar caminhos opostos ou se tornar meras fórmulas rituais, repetidas mas sem qualquer sentido.

Utilizo, aqui, algumas vezes, a primeira pessoa do singular para melhor explicar as causas que me levaram a abordar esse tema; outras vezes, emprego a primeira pessoa do plural referindo-me ao auxílio de meu orientador e de pessoas ouvidas no decorrer do trabalho.

A idéia de tratar deste assunto surgiu quando estudava Frege (Frege, 1978). No artigo que escreveu tratando de sentido e

referência, escrito em 1892, esse autor postula que, em uma linguagem perfeita, que ele chama de ideografia, toda expressão construída como um nome próprio deveria designar, de fato, um objeto e nenhum sinal poderia ser introduzido como nome próprio sem que lhe fosse assegurada referência. Alerta contra o perigo do que chama de nomes próprios aparentes, ou seja, designações que não possuem nenhuma referência. Escreve Frege:

O abuso demagógico se apóia facilmente sobre isso, talvez mais facilmente do que sobre a ambigüidade das palavras. "A vontade do povo" pode servir de exemplo, pois é fácil estabelecer que não há uma referência universalmente aceita para esta expressão. Não deixa, pois, de ser importante que se elimine definitivamente a fonte desses erros.

Interessei-me em saber se o abuso demagógico, realmente, tinha sua origem em determinada característica da linguagem e se seria possível eliminar a causa desses erros. Interessante foi, também, verificar, em conversa com o Professor Nilson Lage, que a escolha da expressão a vontade do povo não foi feita por acaso pelo matemático Frege: ela era largamente usada no discurso do nacionalismo alemão e apareceria, mais tarde, com freqüência, justificando medidas autoritárias na Alemanha nazista. Isso acrescentava um dado importante para a investigação: o de que

do importante para a investigação: o de que certas expressões aparecem como elementos constitutivos da retórica de determinado momento histórico e político de uma comunidade.

Formulamos a hipótese de que a linguagem, quando posta em circulação, sendo moeda da troca de sentidos, pode delimitar etapas históricas e, claro, incorporar-se à história individual dos que a utilizam. Lembrei-me de palavras que povoaram minhas lembranças de infância, como filha de um político punido pelo regime militar instaurado com o golpe de 1964, subversão, ameaça a ordem estabelecida, inimigos da democracia, adeptos do comunismo internacional, inimigos da pátria etc. Afinal, como foi possível explicar atitudes arbitrarias com o pretexto, justamente, de "salvaguardar a democracia ameaçada"? Seria a ambigüidade da palavra democracia a responsável por sua utilização enganosa?

Mais esclarecimentos começaram a aparecer quando frequentei um curso sobre as idéias de Wittgenstein. Assim como Frege, o primeiro Wittgenstein (do Tratado Lógico Filosófico, 1995) acreditava, no início deste século, ser a referência de um nome objeto ou estado de coisas encontráveis no mundo físico ou extralinguístico. Para ambos, há isomorfismo entre gramática e mundo. No segundo Wittgenstein, muitos anos depois, outras idéias apare-

cem. Pergunta-se, nas suas Investigações Filosóficas: “O que deve existir para que um objeto possa ter um nome”? Não é algo que seja exterior a linguagem, diz. E busca explicação a partir da noção de paradigma (Investigações Filosóficas, 1995, 7, 51):

Assim, por exemplo, um objeto é apresentado enquanto amostra de cor, ou padrão de medida, ou mesmo, enquanto modelo de palavra sob a condição prévia de haver sido organizado segundo uma teoria, ou uma técnica de cores, de medidas e de um vocabulário. O estatuto paradigmático de um objeto indica que ele é meio de apresentação relativamente a uma técnica de organização dos objetos, a uma prática ligada à linguagem. O paradigma é uma regra convencionalizada, não é um dado.

Parte do primeiro capítulo desse trabalho trata dessas diferentes visões da linguagem humana, bem como de hipóteses a respeito da habilidade do ser humano de representar o mundo que o cerca e formar conceitos. Segundo Frege e o primeiro Wittgenstein, entre outros, a referência de um conceito seria um objeto ou estado de coisas presentes no mundo físico. Na visão do segundo Wittgenstein, entre outros, a referência não mais remeteria diretamente ao mundo objetivo, mas, sim, a uma maneira de organizar a realidade de acordo com critérios previamente estabelecidos. A linguagem não

refletiria, apenas, o mundo exterior, mas, principalmente, a perspectiva do observador imerso em um universo de significados socialmente condicionados. As ligações entre palavras e coisas estariam, então, mediadas por práticas ligadas à linguagem; seriam sempre fruto de convenções, ou de sistemas complexos de convenções.

Para Wittgenstein: “fazemos modelos dos fatos para nós mesmos”<sup>1</sup> (Tratado, 1995, 2.1) e “conceito é algo como uma imagem, com o que se comparam objetos”. (Wittgenstein apud Moreno, p. 31)

Na visão (da Teoria Cognitiva) de Johnson-Laird: (1988):

Representações mentais são maneiras de “representar” internamente o mundo externo. As pessoas não captam o mundo exterior diretamente, elas constroem representações mentais (quer dizer internas) dele.

No segundo capítulo, elegemos uma linha teórica oposta e, de certa forma, concorrente dos enfoques lógico de Frege, Wittgenstein e da abordagem cognitiva de Johnson-Laird. Tratamos da linguagem como prática social condicionada pela organização da sociedade. Seria, justamente, a organização da sociedade a responsável por estabelecer e distribuir papéis, possibilitando enunciar deter-

minados atos em determinadas circunstâncias, ou seja, realizar atos de fala de acordo com valores culturais e padrões de comportamento.

Bakhtin (1992) argumenta que a enunciação é de natureza social; sendo assim, não seria suficiente colocar frente a frente dois falantes quaisquer: para que esses dois indivíduos pudessem partilhar significados comuns, deveriam estar socialmente organizados, formando um grupo; só assim um sistema de signos poderia constituir-se. Para Habermas (1990), a interação social, no nosso caso a comunicação lingüística, é regulada pela organização da sociedade: o modo de produção, a divisão social do trabalho, o sistema de poder e as instituições relacionadas a ele.

Na ótica de Marcondes (1992), "regras sociais condicionam a possibilidade de os falantes aparecerem como sujeitos lingüísticos". Ele faz uma análise da expressão a vontade popular (de volta a Frege); pergunta como é formada e reconhecida essa vontade. Frege propõe que o que o move do sentido (a intensão, ou, a grosso modo, a definição conceitual de uma expressão lingüística) para a referência (aquilo a que a expressão se refere) é a busca da verda-

---

<sup>1</sup> "Wir machen vins Bilder der Tatsachen". Essa tradução da sentença alemã é defendida por Allan Janok e Stephn Toulmir (1991, p. 211). Na tradução portuguesa do Tractatus (1995), apare-

de. Nesse ponto é que caberiam as perguntas: Em que medida o valor de verdade de uma sentença do tipo  $x$  é  $y$  (em que  $x$  é uma expressão lingüística e  $y$  um referente) depende do contexto? Quanto do ambiente social cabe na idéia genérica de contexto (da enunciação, do enunciado)?

Admitindo-se que mesmo conceitos relativos às ciências da natureza sejam, de alguma forma, em maior ou menor grau, imprecisos, conceitos relativos à organização social dependeriam, mais crucialmente, da interpretação de um sujeito condicionado por essa mesma organização social.

Foucault (1966) critica o objetivismo que começou por volta do século XVI, apontando dificuldades em se advogar a relação direta do símbolo com o significado sem a mediação de uma hermenêutica. Essa crítica evolui, entre os pós-modernos, para a relativização do conhecimento científico, não apenas quanto à sua direção, mas a seus métodos e à natureza da verdade que objetiva. Os discursos humanos, chamados ou não de ciência, seriam, numa postura extrema, estruturas ideológicas historicamente condicionadas e que só eventualmente, ou nunca, corresponderiam a qualquer realidade objetiva, externa ou natural.

Mencionamos algumas das teorias lingüísticas a respeito das estratégias usadas para explicitar palavras ou expressões em função do contexto - um pouco do que já se escreveu sobre vagueza e ambigüidade, pressupostos, implicaturas e subentendidos. Para Fillmore, por exemplo, a significação está ligada a cenas e perspectivas; quando ouvimos uma palavra em um enunciado, automaticamente a inserimos em uma cena na qual adquire interpretação. Está-se, aí, a um passo dos modelos mentais de Johnson-Laird.

Finalmente, situamos historicamente o material a ser analisado; o discurso que precedeu o golpe de 1964 e que constitui a retórica dos anos de vigência do regime militar no Brasil.

## 2. LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO MENTAL

“O raciocinar não é determinado por sua relação com o real, mas pela intermediação do conceito de um ser racional como raciocinador.” (PARRET, 1988)

A mente humana tem pelo menos duas habilidades perceptuais e uma terceira processual, que potencializa as outras: a primeira é a de construir imagens - eventualmente imprecisas, ou reduzidas a traços -, tanto do real presente quanto de aspectos do passado e de mundos imaginários; a segunda, de produzir e submeter a crivo lógico proposições que expressam aspectos da realidade presente, passada ou dos mundos imaginários.

A terceira habilidade é de inventar padrões pelos quais pretendemos que a própria realidade se explique. Assim, para dar conta de mudanças no processo histórico, tomamos modelos presentes em nossa memória: a água que sobe de temperatura até que subitamente ferve é metáfora universal que pode ser aplicada a uma série de processos de ruptura ou salto (por exemplo, na dialética de

Hegel e, por conseguinte, de Marx); o contrato ou acordo entre partes num litígio pode representar a aceitação de uma ordem social pelo segmento dominado (em Rosseau).

O discurso utiliza proposições que se reportam a padrões analógicos para sugerir determinadas interpretações da realidade. Assim, um teórico liberal tomará como modelo a oposição retórica de contrários para defender a tese de que os opostos se anulam no que tem de mal e prosperam no que tem de bem - pouco importando se isso é exatamente o que se passa na realidade objetiva. Em suma, o discurso atualiza modelos mentais em forma de proposições, verdadeiras ou não, no contexto de situações concretas.

A noção de representação mental como essencial para o processamento da linguagem é recente. Ainda no começo do século XX, o matemático Gotlōb Frege e o filósofo Ludwig Wittgentein (na sua primeira obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus*) postulavam ser a linguagem reflexo do mundo real ou extralingüístico. A designação era assim vista como rótulo que colocamos nos objetos.

Em Frege, o isomorfismo entre os nomes e o mundo atinge tamanho alcance que ele chega a propor que o abuso demagógico é consequência do uso de expressões para as quais não se encontra referência no mundo real (Frege, 1978).

Um dos pressupostos do presente trabalho é o questionamento desse isomorfismo e a caracterização da linguagem como representação mental que passa pela interpretação de um ser racional, isto é, por um processo de conceituação.

A idéia de representação mental surge de questionamentos acerca do comportamento humano. Como propõe Teixeira (1993), essa questão aparece quando procuramos entender "o que torna possível para os seres humanos produzir uma idéia de mundo exterior e representá-lo". Segundo esse autor, "representações são estados mentais que contêm em si mesmos o objeto a que se referem", quer esse objeto esteja presente quer não. Os seres humanos são capazes não somente de obter informação acerca de seu meio ambiente mas também de representar um objeto que não está presente na sua percepção e, finalmente, distinguir, do ponto de vista subjetivo, entre os conteúdos mentais que estão ou estiveram presentes no mundo e aqueles que são apenas produtos de atos da imaginação. Portanto, o estudo da linguagem abrange as noções de referência, significado e representação mental.

Várias hipóteses vêm sendo formuladas na tentativa de explicar o aparecimento de conceitos plenos, capazes de formulação lingüística. Tais abordagens vão desde a do segundo Wittgenstein

até a proposta (presente nos estudos contemporâneos de inteligência artificial e Teoria da Cognição) de que a representação subjetiva não reflete apenas o mundo exterior, mas o reconstrói e modela conforme a capacidade mental do observador, condicionada pela herança genética, por sua experiência e inserção em um universo de significados socialmente condicionados.

A linguagem seria, primariamente, um mecanismo interno de processamento de informações e, secundariamente, instrumento de comunicação que funda a vida social humana. Haveria uma língua interna (LI), não necessariamente idêntica mas relacionada com a língua externa (LE).

Teixeira (1993) explica a elaboração de conceitos ou representações mentais a partir de uma teoria de base evolucionista. Segundo ele, a autolocomoção é condição necessária para que um organismo represente o mundo; através da autolocomoção poderíamos explicar como os organismos passam a distinguir o interno do externo e como formam idéia de um mundo que lhes parece exterior.

Num primeiro momento da evolução do homem, prossegue Teixeira, as necessidades biológicas teriam gerado a primeira superposição entre pré-representação e significado. A pré-representação dotada de significado seria um conteúdo mental cons-

truído de indícios de seu referente no mundo. O aparecimento de relações plenas surgiria à medida que a evolução opera progressiva desvinculação entre o conteúdo mental e o comportamento dele resultante. Essa desvinculação progressiva teria ocorrido nos organismos que se tornaram mais resistentes às pressões evolucionárias e ambientais, podendo desenvolver vida mental não inteiramente voltada para a satisfação de suas necessidades biológicas básicas. Nesses organismos (no homem), ter-se-ia instaurado um intervalo entre o recebimento de um input e a produção de determinado output; precisamente esse intervalo definiria o aparecimento de uma representação.

O problema da natureza da relação subjetiva entre um sujeito e as proposições por ele expressas em determinado contexto aparece em Quine, no estudo dos chamados contextos epistêmicos (Quine, 1966). Estes surgem a partir da ocorrência de certos verbos que expressam atitudes proposicionais como lembrar, desejar, acreditar, etc.; formam-se à medida que se constata que o valor de verdade de algumas sentenças que expressam atitudes proposicionais não se mantém constante quando se substituem termos que compõem o conteúdo proposicional dessa sentença por outros equivalentes. Assim por exemplo, "X acredita que viu a estrela da manhã" e "X

acredita que viu a estrela da tarde”, têm valores de verdade distintos, embora “estrela da manhã” e “estrela da tarde” designem o mesmo objeto no mundo, o planeta Vênus.

A alteração do valor de verdade da sentença quando se substituem termos co-designativos deve-se à atitude do sujeito em relação ao conteúdo proposicional - ou seja, revela a interferência de uma representação do objeto no mundo.

O segundo Wittgenstein vai abandonar a idéia que norteou sua primeira obra (o *Tractatus Logico-Philosophicus*), ou seja, a de isomorfismo entre mundo e linguagem. Para dar conta desse isomorfismo, apresenta a noção de paradigma.

O paradigma corresponde a uma técnica de uso da linguagem em que são ativadas palavras e objetos previamente organizados. Um objeto é escolhido e, em seguida, apresentado como modelo para a aplicação de palavras; por exemplo, uma ou várias amostras de cor para a aplicação da palavra “vermelho”; um ou vários exemplares de uma árvore que chamamos de “palmeira”. O importante a ser salientado é que os objetos (as amostras), assim investidos da função de modelo, são meios de apresentação de palavras, e, enquanto tais, já fazem parte da linguagem. Esses objetos tornam-se regras ou normas para o uso de palavras, engendradas no interior de

práticas ligadas à linguagem. Os paradigmas indicam o lugar das palavras nos jogos de linguagem, mas não tudo que se pode fazer com elas. (Investigações Filosóficas, 1995, p. 26, 49, 290).

Wittgenstein acredita, contrariamente ao que defendia no *Tractatus*, que, com os paradigmas, tudo o que podemos fazer é colar etiquetas nos objetos. Considera reducionista a concepção agostiniana de linguagem e a que ele próprio havia aderido no *Tractatus*. Explica que essa visão era parcial, pois não dava conta senão de um aspecto primitivo ou preparatório da significação. (Ibidem, 2, 4 e 26).

A imagem referencial corresponde a uma das técnicas dentre as várias outras utilizadas na linguagem: a de apresentação de paradigmas. A mudança de perspectiva nas *Investigações Filosóficas* com relação a linguagem do *Tractatus* é grande: as condições de significação são, agora, de natureza lingüística. E, também, as ligações entre signo e objeto são, agora, mediatizadas. Os conceitos resultam do complexo processo de uso das palavras; a descrição gramatical parte de palavras, mas visa os conceitos. (Ibidem, 370, 385, 531-532).

É justamente no nível dos conceitos que surgem as imagens - pois não é com palavras que as imagens entram nos jogos de linguagem. A comunicação através de conceitos supõe, portanto, de-

definições prévias das aplicações consideradas possíveis desses conceitos; os conceitos, por sua vez, supõem que definições prévias sejam fornecidas a respeito das associações iniciais entre as palavras e aspectos selecionados da experiência. (Wittgenstein, apud Moreno, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, p. 51). Por exemplo: a noção de raça pressupõe a associação prévia entre cor da pele e variedade humana; seria outra se se tivesse previamente selecionado a altura ou a dimensão da caixa craniana.

Uma das noções mais profundas que nos legou Wittgenstein é a de aspecto (*Ibidem*, p. 53). Os diferentes aspectos surgem no campo da percepção sensível, frente a figuras mais ou menos ambíguas (*Ibidem*, p. 53).

Diferentes aspectos surgem também no caso da Filosofia e, aí, talvez, com maior profundidade no sentido em que Wittgenstein aplica esse último termo para qualificar as situações em que é preciso vencer as barreiras da vontade, habituada que está com imagens, interpretações unilaterais da significação de conceitos. São barreiras de difícil transposição, uma vez que se trata de quebrar crenças a respeito da necessidade do que afirmamos não ser possível imaginar contrariamente.

Neste trabalho, vamos utilizar a noção de aspecto com relação ao uso de conceitos político-sociais, que são, por essência - ou necessariamente -, vagos e que evoluem em diferentes acepções no decorrer do processo histórico, não podendo, portanto, ter definição durável e precisa. É esse o caso de palavras como democracia, igualdade, ideologia, reconhecimento e aceitação (de diferenças) etc.

## **2.1. Retórica, Comunicação e Convencimento**

O estudo da retórica é, na verdade, o estudo de como, através dos tempos, os homens têm comunicado suas idéias, quando é seu intuito convencer, persuadir o outro (ou os outros) - gerar, enfim, simpatia a sua pessoa, adesão a suas idéias; é a história da influência da linguagem, do discurso visto como atividade essencialmente argumentativa, na consolidação da vida em sociedade.

Na opinião de Koch (1996, p. 21), o discurso interage socialmente, instituindo um eu e, constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio eu, por meio de jogos e representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem. Por meio do discurso, ação verbal dotada de intencionalidade, o eu tenta influir sobre o comportamento do outro. A partir desta análise, o autor afirma que o ato de argumentar - isto

é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões - é do ponto de vista lingüístico, fundamental, pois a todo o discurso subjaz uma ideologia.

É questão aberta se pode existir algum discurso liberto por inteiro da intenção de convencimento - o discurso da ciência desinteressada, da informação pura, do testemunho neutro; admitamos (na verdade, admitimos) que alguém informe com a mera intenção de informar, investigue com a mera intenção de saber, testemunhe por obrigação. Mas não há dúvida de que a argumentatividade é pelo menos um dos níveis fundamentais da língua.

Seguindo por esse caminho, vamos abordar a arte da comunicação e do convencimento - a maneira "como os homens esclarecem ou enganam uns aos outros" (Lage, 1998). Tomamos como verdade o que Perelman (1997, p. 57) propõe, em seu livro *Retóricas*. "O homem não é um ser lógico, mas um ser de sugestão".

O objeto da retórica é o estudo dos meios de argumentação não pertencentes à lógica (são considerados por ela falaciosos), que permitem obter ou aumentar a adesão de outrem às teses que se propõem ao seu assentimento. A retórica distingue-se liminarmente da lógica pelo fato de se ocupar não com a validade - a obtenção

de conclusões verdadeiras a partir de premissas verdadeiras -, mas com a adesão.

Mas, antes de falar da retórica propriamente dita, torna-se necessário tratar, ainda que superficialmente, dos meios através dos quais produzimos ou entendemos o conhecimento; revelando estratégias comunicativas que regulam nossa forma de interpretar diferentes enunciados.

A linguagem não é um espelho da realidade do mundo. Ao contrário, “o raciocinar não é determinado por sua relação com o real, mas pela intermediação do conceito de um ser racional como raciocinador” (Parret, 1988)

Segundo Koch (1996), a estrutura da significação em língua natural é o conjunto das relações que se instituem na atividade da linguagem entre os indivíduos que a utilizam, atividade que se inscreve sistematicamente no interior da própria língua. Uma abordagem pragmática como a desenvolvida por Sperber & Wilson (1994) situa a inferência e a relevância como pré-requisitos indispensáveis à construção do significado e à possibilidade de comunicação.

⇒ Nessa perspectiva, a comunicação está baseada em dois processos básicos: a decodificação e a inferência. O código verbal ou escrito serve de input para a inferência, com a qual se obtém in-

formação relevante em dado momento e lugar. A inferência é a atribuição de significado ao código através de raciocínios para-lógicos, tais como a indução e a dedução.

Os processos de inferência comunicativa são semelhantes aos processos lineares de inferência lógica<sup>2</sup>; porém, no raciocínio comunicativo, (a) parte-se de asserções prováveis que se tomam por verdadeiras, não de premissas verdadeiras; e (b), ao contrário dos raciocínios lógicos, formais ou científicos, o tempo é limitado.

Os ouvintes falantes não têm, freqüentemente, possibilidade de verificar a veracidade de tudo que tomam como ponto de partida para o processo inferência nem de formular as várias hipóteses possíveis na interpretação de um enunciado. Vão guiar-se pelo princípio da relevância tanto para (a) admitir que, se alguém diz algo, é porque supõe ser o que diz verdadeiro quanto para (b) inferir rapidamente, a partir do enunciado, qual o significado compatível com o contexto e a situação apresentada.

Dessa forma, importante pode não ser apenas decodificar uma mensagem (embora isso seja necessário), mas reconhecer a

---

<sup>2</sup> A linearidade impõe a preferência na língua natural, pelo *ou* inclusivo, já que o *ou* exclusivo tem maior custo de processamento; quanto a "se... então", ambigüidade com "se e somente se... então" é dependente do contexto: quando digo "se trovejar, não ligue o computador", não estou determinando que a máquina seja ligado caso não troveje; no entanto, quando digo "se não trove-

intenção de quem quis comunicar-se. Assim, o elogio a uma política de governo significa diferentemente se dita por um parlamentar da situação e um da oposição; uma frase como “a comida vai esfriar” pode significar uma advertência, um convite para o almoço ou uma intimação para que se almoce.

A informação é possível, justamente, devido à similaridade cognitiva dos seres humanos; por exemplo, ao fato de partilharem a capacidade para categorizar e conceituar com base em semelhanças e diferenças. Outro fator que viabiliza ou amplia a possibilidade de comunicação é a existência de estratégias comunicativas comuns. Como propõe Wittgenstein, de acordo com Pears (1973), as regras não agem à distância: são familiares, regulares e sempre as mesmas.

Fazendo uma síntese das ideias de Sperber & Wilson (1996):

- (1) A comunicação se dá através da inferência das intenções de quem fala; cria um contexto no qual os efeitos são sentidos por aqueles que estão envolvidos no processo;

---

jar, ligue o computador”, está implícito que não aconselho a ligar o computador, no caso de tropejar. No primeiro caso, “se... então”; no segundo, “se e somente se... então”.

(2) Não se trata apenas de pensamento codificado por um emissor e decodificado, de igual forma, pelo receptor. Há uma zona de instabilidade entre o pensamento do emissor e do receptor que deve ser solucionada através da inferência e a partir de dados do contexto;

(3) Assim, a comunicação é vista como processo que não requer precisão absoluta e que pode conter ambigüidades. O que é ambíguo, na prática, é aquilo que, depois de submetido a inferência, continua ambíguo. A ambigüidade que se elimina por inferência a partir do contexto não é considerada relevante para a comunicação.

As formas com as quais representamos o conhecimento refletem um nível de organização da realidade através de esquemas, que são diferentes, por exemplo, no caso de distintas profissões - juristas e militares, por exemplo, interpretando um discurso hostil. Tendemos, por outro lado, a representar internamente situações por intermédio de cenários ou construções imaginárias, geralmente prospectivas. Dentro do cenário, as coisas ganham sentido, lógica e coerência. O cenário apresenta-se como pano de fundo para a compreensão e a inferência.

Na ótica de Sperber & Wilson, a compreensão é perspectiva, busca de um contexto que tornará a interpretação possível. Cada expressão do contexto cria novas possibilidades de derivar implicações contextuais. As implicações sempre são feitas de acordo com o princípio da relevância.

Vamos inferir o que é relevante dentro daquele contexto e que adequar ao cenário dado. Uma frase ambígua como “Comprei o Jornal do Brasil” será identificada com sua interpretação relevante para o contexto em que se encontra (o interlocutor inferirá que não devo ter condições de comprar a empresa editora e que certamente me refiro a um exemplar do jornal). Há, portanto, vinculação entre os esquemas cognitivos, o conhecimento pragmático e a representação dos discursos. Discursos, textos, jornais, etc., são organizados de acordo com esquemas mentais que são nossos, intuitivos, ou a que devemos aderir. Escreve Cabral (1991, p. 67):

No jornal, nas listas telefônicas, há todo um sistema de classificação em seções, títulos, subtítulos que podem sugerir metaforicamente como os marcos, roteiros ou esquemas são estruturados na memória, permitindo o acesso rápido.

Johnson-Laird (1988) analisa a relação entre modelos e discurso. Segundo ele, um modelo mental pode representar número infinito de possíveis estados de coisas porque pode ser revisado recursivamente. Cada nova asserção descritiva de um estado de coisas é capaz de implicar revisão do modelo para acomodá-la. O discurso é sempre indeterminado; para contornar isso, a mente constrói modelos mentais e os revisa recursivamente, conforme necessário; o exemplo dado é o de um avião, que concebemos diferentemente, se o vemos de longe, se nele viajamos ou se imaginamos pilotá-lo.

Para o sociólogo Norbert Elias (1990), a conversa, que é forma aparentemente simples de relação humana, pode servir de ponto de partida para o estudo das mais variadas e complexas formas de relações sociais e políticas. A característica básica de uma conversação é que, nela, cada um dos interlocutores forma idéias que não existiam antes ou leva adiante idéias que já estavam presentes. A direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das idéias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. É justamente o fato de as pessoas mudarem, em relação umas às outras e através de sua relação mútua, o que caracteriza todo o processo interativo e contratual que torna o ser humano essencialmente social e faz da linguagem o locus da possibilidade

linguagem o locus da possibilidade mesma das relações intersubjetivas

O discurso político está inserido em situação pragmática diferenciada, principalmente em relação à conversa, tal como foi definida por Elias; nele, uma pessoa fala a várias outras em uma instância de poder. A contra-argumentação não é, nessas condições, o mais importante e pode nem se quer existir. Constrói-se a relevância com base em princípios gerais de entendimento: supõe-se que, se alguém possuidor de reconhecimento dirige-se ao público usando o código verbal ou escrito, é porque tem assunto relevante o suficiente para que seja concedida atenção. Neste sentido, dispõe de um poder, ou, como escrevem Sperber e Wilson (1994, p. 212):

A fala de uma autoridade é comportamento ostensivo e portanto, suficiente para que se verifique intenção comunicativa e se atribua a ele significado.

⇒ A tendência do discurso político é a adequar-se aos padrões de representação de uma comunidade, organizando-se de forma lógica ou retórica, com o emprego de deduções (no primeiro caso), falácias de persuasão (no segundo). Vai apresentar-se como contendo, ele mesmo, o próprio contexto ou cenário. Poderá recorrer

a expressões ambíguas, deixando que cada um as entenda de acordo com sua esquemata e conhecimento de mundo. Fará uso de efeitos estéticos que propiciam a adesão. Recorrerá a conceitos ou alavancas de persuasão<sup>3</sup>, carregados de conotações emocionais positivas (quando associadas às próprias idéias) e negativas (associadas às idéias contrárias).

⇒ Se bem que a política seja uma forma de compreender as relações sociais, esse viés escapa do discurso político, isto é, da fala política em si. O intuito de convencer assume, então, o comando, desde a organização de tópicos até a escolha dos itens léxicos. São traços que aparecem tanto na macro quanto na microestrutura do texto. A persuasão, aí, admite situação contra argumentai (terá conteúdo persuasivo de pretensão lógica), quando se destina a público seletivo e restrito ou quando o falante mune-se de respeito pelo público; quanto maior e mais disperso o público, quanto maior a distância que o poder da fala se atribui, maior a possibilidade de conteúdo impressionista, forma exuberante e convencimento retórico (Lage, 1985).

---

<sup>3</sup> Clide Miller (*apud* Lage, 1985, p. 97) definia o conceito de "alavancas de persuasão", em 1946, como "palavras, símbolos ou ações que, por um mecanismo de reflexos condicionados, despertam modelos que povoam o "psiquismo humano" e geram "impulsos de aceitação ou rejeição automática de pessoas, produtos, proposições, programas, políticos, grupos, raças, religiões ou nações".

Na sua dimensão publicista, o discurso político abusa de palavras ou expressões imprecisas que propiciam acionar várias entradas léxicas e, daí, interpretações. Enunciados vagos beneficiam-se da diferença existente entre o que é relevante para diferentes grupos sociais ou até mesmo ideológicos: é uma fala de muitas interpretações positivas, embora eventualmente contraditórias entre si.

Vejamos, por exemplo, a expressão justiça social. Para um operário ou funcionário público, justiça social representará a maior possibilidade de ascender socialmente, ganhar salário melhor ou ser promovido de posto. Para uma pessoa com cargo de liderança, pertencente à classe social privilegiada e que se sinta ameaçada pela inquietude social, poderá significar controle maior da criminalidade urbana. Para um faminto, “justiça social” poderá ser uma cesta básica.

Paula Monteiro, no artigo “Cultura e democracia no processo da globalização” (1996) aponta a dificuldade de se definir democracia no mundo contemporâneo. Segundo ela, freqüentemente, não há acordo “quanto à definição dos fenômenos políticos que se convencionou agasalhar sobre essa rubrica” (Monteiro, 1996). A democracia é algo em processo de que a contradição e mudança são

partes constitutivas: o conceito de democracia estaria em permanente estado de reinterpretação.

A autora coloca em questão dois aspectos do conceito: o cultural e o político. Historicamente, a noção de democracia dá margem a diferentes interpretações: quando a ênfase é colocada nos procedimentos, democracia significa o conjunto de regras que devem ser observadas para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos; quando, ao contrário, se sublinha o ideal de um governo democrático, a igualdade em abstrato passa a ser sua definição primeira (Boggio, apud Monteiro, 1996). Essa contradição decorre da distância existente, em muitos países, entre os dispositivos institucionais que definem as regras do jogo e a realidade cultural de um povo. (Monteiro, 1996, p. 101).

Em um contexto mais próximo, democracia costuma ser definida como participação. No entanto, essa palavra também é ambígua: pode ter sentido ativo, de tomar parte nas decisões de interesse comum (entendimento, digamos, ateniense) ou passivo, de ser informado, como quando se participa a alguém um casamento ou um batizado (este em entendimento que assume freqüentemente, nas modernas sociedades de informação).

É, importante, observar que não só os conceitos sociais são vagos, podendo ser interpretados de muitas formas; palavras em geral também são ou podem ser tendenciosas, visto que sugerem associações enciclopédicas. Citando Raccah (1986, p. 86):

Em toda linguagem, algumas, se não todas as palavras compilam fragmentos da história das crenças e suposições compartilhadas pela sociedade que usa essa linguagem . Cada sistema lingüístico pode, por tanto, ser visto como uma espécie de biblioteca dos conhecimentos compartilhados que permitem argumentações.

Dentro desta mesma visão, argumentar nada mais é do que apelar para significados comuns (Waltzer, 1992). Diferentes itens léxicos sugerem atitudes boas ou más, preservando assim valores ideológicos. Escreve Lage (1988):

Se não fosse assim, seria o mesmo chamar Fidel Castro presidente de Cuba, de líder, governante ou ditador, não veríamos distância conceptual entre guerrilheiro, terrorista e soldado irregular, nem teríamos porque usar essas denominações para, respectivamente, latino-americano, árabes e irlandeses católicos”.

Falantes de uma mesma comunidade partilham protótipos e estereótipos, se não integralmente, pelo menos com certa seme-

lhança. Estas representações cognitivas comuns a grupos sociais facilitam muito a comunicação.

Os protótipos formam conjunto de traços comuns tomados como básicos para a categorização de conceitos internalizados através dos quais vemos a realidade. Um protótipo semântico associa uma palavra ou frase à imagem ou esquema cognitivo pré-lingüístico. Os falantes de uma língua estão equipados da capacidade própria para julgar o grau de pertinência de um objeto (ou representação interna dele) ao seu protótipo (Coleman & Kay, 1980); fazem, em suma, o reconhecimento de padrões. Quanto mais próximo do protótipo, mais fácil, seguro e imediato é esse reconhecimento.

Conceitos sociais podem ser vistos prototipicamente. O regime da América do Norte é visto geralmente como protótipo de democracia. Será? Em que sentido? Considere-se que a desastrosa política externa dos Estados Unidos, com suas constantes intervenções na autonomia dos outros países, bem como a pressão contínua sobre a vida privada dos cidadãos; essas características não figuram entre os traços relevantes para a constituição desse protótipo, que é construído sobre o modelo da liberdade individual dos cidadãos, no plano da vida pública.

Já os estereótipos são representações concisas e simplificadas da realidade social. Perelman (1997) salienta que os próprios conceitos com os quais interpretamos a sociedade constituem parte do processo social e exercem influência sobre esse mesmo processo. Conceitos como comunista, democrata e outros constituem facilitadores cognitivos, permitindo acesso rápido a informação relevante através das entradas enciclopédicas. O estereótipo é um instrumento de economia de memória; permite que se faça, de imediato, uma série de inferências ou juízos sobre cada coisa. Mas seu uso político (da idéia que os latino-americanos fazem dos gringos e os norte-americanos fazem dos cucarachos) deforma essa possível virtude e o expõe como instrumento perigoso de falseamento da relevância.

Formas ambíguas ou vagas, bem como protótipos e estereótipos, têm papel essencial no conjunto das relações humanas. Formam o substrato comum a um grupo de falantes; permitem a flexibilidade necessária para a comunicação e a derivação de representações compartilhadas pelos membros de uma comunidade; auxiliam na divisão de trabalho existente, por exemplo, entre o teórico e o político prático. São, ainda, pontos de apoio seguros para os usos retóricos da linguagem.

## 2.2. Discurso e Considerações

Possenti (1993, p. 49) define discurso como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade. Segundo ele, é essencial descobrir por quais procedimentos se dá a atividade discursiva, ou seja, como, com um sistema linguístico indeterminado, pode-se, em circunstâncias dadas, produzir um discurso com interpretação predeterminada, dado que há possibilidade de mais de uma interpretação. Ele se pergunta: por quais mecanismos se chega eventualmente a pensar com segurança a interpretação desejada ou as interpretações possíveis?

O reconhecimento das intenções, de que decorre a atribuição de sentido em uma conversa, seria possível porque os interlocutores participam de domínios de experiência semelhantes, obedecendo a certo número de regras em função do papel que desempenham na troca linguística. Essa é a perspectiva, por exemplo, de Mainguenu, citado por Possenti.

Sperber & Wilson (1994), no entanto, apresentam fortes argumentos que contrariam, pelo menos em parte, essa hipótese. Dizem eles, em síntese, que o conhecimento mútuo não basta:

- a) desde que a presunção de conhecimento mútuo pode sempre estar errada, a hipótese de conhecimento mútuo não pode garantir a fruição não-ambígua da mensagem;
- b) os falantes, via de regra, podem apenas presumir, sem certeza, que tem certo nível de conhecimento partilhado com os ouvintes. Isso implica que a presunção de conhecimento mútuo seja, na verdade, probabilística;
- c) havendo um elenco indeterminado de contextos prováveis, não há como determinar o contexto real a que se aplica uma sentença. A teoria do conhecimento mutuamente partilhado não dá conta da estratégia que o ouvinte usa para identificar a intenção do falante, nem determina quais das crenças mutuamente partilhadas são tomadas como relevantes, em cada caso.

Se os argumentos de Sperber & Wilson se aplicam a qualquer diálogo, mais ainda será o caso dos discursos políticos, dirigidos a grupos de pessoas reunidas num auditório ou em um comício, ou, de maneira mais ampla, às massas que acessam veículos de comunicação social.

Possenti admite que as representações dos interlocutores podem não coincidir em determinado momento. Devem, então, ser negociadas, quando, na comunicação, utilizamos o que o autor chama de recursos discursivos - todos aqueles que não obrigam ao locutor a ser absolutamente explícito: pressuposições, implicaturas, consideração de hábitos regulares imprecisão de conceitos etc.

Uma teoria do discurso deve levar em consideração o contexto da enunciação, assim como o do enunciado. O contexto não só é pertinente para a interpretação de um enunciado como colabora para a construção do próprio enunciado (Possenti, 1993, p. 53). O falante constitui o discurso submetendo-se ao que é determinado (elementos sintáticos e semânticos, valores sociais etc.), no momento em que fala e tendo em vista os efeitos que quer produzir; escolhe, entre diferentes recursos alternativos, aqueles que lhe parecem os mais adequados. "Tudo o que sai da boca do homem tem sua marca." (Ibidem, p.55)

Nas visões de Ducrot e, antes, de Todorov (apud Citelli, 1995, p. 8), o aparecimento da retórica como disciplina específica é o primeiro testemunho, na tradição ocidental, de uma reflexão sobre a linguagem. Começou-se a estudar a linguagem não como "língua",

mas como “discurso”. Cabe à retórica mostrar o modo de constituir as palavras visando a convencer o receptor acerca de dada verdade.

De Aristóteles é possível deduzir que (Citelli, 1995, p.10 e 11):

- 1- a retórica não é a persuasão;
- 2- a retórica pode revelar como se faz a persuasão;
- 3- Os discursos institucionais da política, da medicina, da matemática, ou, da história, do judiciário, da família etc. são o lugar da persuasão;
- 4- a retórica é a analítica (descobrir o que é próprio para persuadir).
- 5- a retórica é uma espécie de código dos códigos; não aplica suas regras a um gênero próprio e determinado, pois abarca todas as formas discursivas.

Platão, no diálogo “Cratílus”, opõe as visões de Sócrates, para quem o conhecimento busca a verdade, ao de Górgias, para quem o objetivo real é o convencimento: Lage (1998) lembra que Górgias foi um personagem real, que lecionava oratória aos atenienses ricos, desejosos de habilitar-se à conquista de apoio nas assembléias da ágora de Atenas. Na ótica de Aristóteles, (apud Perel-

man, 1997, p. 66) o objetivo da retórica é fazer com que nossas opiniões sejam admitidas por outros. Não tem como objeto o verdadeiro, mas, sim, o opinável, ou, segundo Aristóteles, o verossímil.

Na relação entre retórica e persuasão, não está em causa saber até onde o fato de convencer se reveste de verdade. Verossímil é aquilo que se constitui em verdade a partir do próprio discurso. Persuadir não é, necessariamente, sinônimo de enganar, mas o resultado de certa organização discursiva que constitui o enunciado como verdadeiro para o receptor. O discurso cria sua lógica interna; impõe um contexto; dentro dele as proposições ganham sentido e parecem verdadeiras, sejam ou não.

Hoje, que perdemos as ilusões do racionalismo e do positivismo, e que nos damos conta da existência das noções confusas e da importância dos juízos de valor, a retórica deve voltar a ser um estudo vivo, um conhecimento necessário para desvelar as técnicas de argumentação nas relações humanas, o instrumento capaz de decompor a estratégia política em formas menos diretivas.

### **2.3. Signo e Ideologia**

A consciência da importância de estudar a natureza do signo para reconhecer os gêneros de discurso levou Mikhail Bakhtin

a formular alguns dos mais férteis pensamentos sobre o assunto. Em síntese, fala-nos o teórico soviético (Bakhtin, 1992) que é impensável afastarmos do estudo das ideologias o estudo dos signos, e que a questão do signo se prolonga nas questões das ideologias. Há entre ambas uma relação de dependência tal que nos levaria a crer que só é possível o estudo dos valores e idéias nos discursos atentando para a natureza dos signos que os constróem. A escolha de determinados recursos lingüísticos, a estrutura do discurso e a escolha de diferentes itens lexicais revelam comprometimentos de ordem ideológica. Na visão de Bakhtin, tudo que é ideológico é um signo. “Sem signos não existe ideologia”, proclama (op. cit., p.31). E mais:

Os signos são também objetos naturais, específicos e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se símbolo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou aprendê-la de um ponto de vista específico etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica( isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes.

O signo nasce e se desenvolve em contato com as organizações sociais. Assim cria-se um vínculo entre a formação da consciência e a sociedade, via universo dos signos. É a consciência o que se expressa ideologicamente, na ótica de Bakhtin. Palavras que são neutras em estado de dicionário passam a expressar intensamente valores e idéias, cumprindo ampla gama de funções persuasivas, em que não faltam a normatividade e o caráter pedagógico.

O conceito de signo em Bakhtin amplia a noção de signo em Saussure, como relação indissolúvel significante-significado; passa a representar qualquer apropriação em segundo grau de um conceito ou objeto. Signos, nesse sentido, são encontrados em quase todo discurso humano, mas comparecem, com maior intensidade, no discurso político de convencimento, tanto quanto no discurso publicitário em geral.

Em outro texto (Bakhtin, 1992-b, p.311), analisa a produção de emoções a partir de palavras:

Apenas o contato entre a significação lingüística e a realidade concreta, apenas o contato entre a língua e a realidade - que se dá no enunciado - provoca o lampejo da expressividade. Esta não está no sistema da língua e tampouco na realidade objetiva que existiria fora de nós. A

emoção, o juízo de valor, a expressão são coisas alheias à palavra dentro da língua, e só nascem graças ao processo de sua utilização ativa no enunciado concreto. A significação da palavra, por si só (quando não está relacionada com a realidade), como já dissemos é extra-emocional. Há palavras que designam expressamente a emoção, o juízo de valor: alegria, aflição ,belo, alegre ,triste etc. Mas essas significações são tão neutras como qualquer outra significação. O colorido expressivo lhes vem unicamente do enunciado, e tal colorido não depende da significação delas consideradas isoladamente.

Quando as palavras começam a ficar crucialmente associadas a determinadas interpretações da realidade que se quer evitar, tem início o processo de utilização de eufemismos. Hoje é cada vez mais difícil que um político ou empresário se empenhe numa aberta defesa do capitalismo ou da burguesia, palavras de que fogem todos como o diabo da cruz. As glórias são agora para o regime de livre empresa como sendo aquele capaz de patrocinar justiça social e justa distribuição de renda.

Outro exemplo nos é dado por Paula Monteiro (Monteiro, 1996, p. 90). A autora analisa as mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre os índios e membros do clero que se dedicam a mis-

sões no meio indígena. A imagem do missionário que impunha o evangelho, sem levar em conta a cultura dos nativos, foi ficando desgastada, não só entre os leigos mas também no clero mais progressistas. Daí a denominação missionário ter sido progressivamente posta de lado.

O eufemismo é um jogo de mistificação nascido exatamente pela troca dos nomes (Citelli, 1996, p. 31). Mas, afinal, qual o jogo retórico que está por detrás do eufemismo? A resposta nos remete à idéia de que uma das preocupações fundamentais do discurso, principalmente o persuasivo, é provocar reações emocionais no receptor. Ou seja: ao deslocar a palavra contaminada para outra, assegura-se a recontextualização do signo.

#### **2.4. O Discurso Dominante**

Citelli (p. 32) deduz que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. As instituições falam através dos signos fechados, monossêmicos. Isso ocorre tanto com as instituições maiores (o judiciário, a igreja, a escola, as forças militares, o executivo etc.) quanto com as microinstituições (a unidade familiar, a sala de aula, a sociedade amigos de bairro etc.).

O discurso persuasivo é veiculado pela mídia, paralelo ou amalgamado ao relato dos fatos. Uma estrutura de poder está interessada nesse processo; ela busca controlar a maneira como os fatos serão recebidos e ditar quais crenças e ideologias serão a eles associados. Essa modalidade de discurso atravessa a sociedade, reproduzida a partir de sua criação pelos centros de poder políticos, econômicos, culturais etc.; não é indicativa de realidade, mas tem caráter imperativo, mobilizador, expressando interesse de grupos e classes. Seu padrão de referência não é a verdade, mas a conveniência, a adequação a fins nem sempre muito claros. Diz Lage (1998, p. 29):

Do fato à versão há distância imensa por onde trafegam interesses e intenções. Assim se contra fatos, não há argumentos (...), é contra versões que eles são cabíveis... não são fatos que guiam os homens, mas sistemas de crenças que se concretizam em versões.”

### 3. LINGUAGEM E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Austin (1962) postula que determinados tipos de enunciados, os atos de fala (ordens, promessas, pedidos, condenações, etc.) possuem o valor de uma ação. O núcleo do ato de fala é o ato ilocucionário: temos aí caracterizada a noção de que a linguagem é uma forma de ação. Ao dizer “prometo que virei amanhã”, não estaria descrevendo um estado interior meu, minha intenção de vir, mas fazendo, efetivamente, uma promessa. O proferimento da sentença consistiria na realização do ato.

Esses enunciados só adquirem validade quando a estrutura social e os papéis dos falantes os legitimam: é necessário supor a existência da igreja para batizar ou abençoar, do sistema jurídico para condenar ou absolver, das práticas de prometer e de saudar para fazer uma promessa ou saudação.

Dois elementos constituiriam os atos lingüísticos: o significado e a força ilocucionária. O significado, na esfera do ato locucionário, seria o elemento essencialmente lingüístico; a força ilocucionária

ria formaria o núcleo do ato ilocucionário, e seria, assim, central para a compreensão dos atos de fala, ou seja, da linguagem como ação.

Habermas (1990), no entanto, diferencia ações de atos de fala. Segundo ele, (p. 67) as ações são “atividades orientadas para um fim, através das quais um ator intervém no mundo, a fim de realizar fins propostos, empregando meios adequados.” Já, os atos de fala “são atos através dos quais um falante gostaria de chegar a um entendimento com outro falante sobre algo no mundo “. Atos de fala, dentro desse enfoque, não podem ser realizados sem a cooperação e o assentimento de um destinatário.

A visão do uso da linguagem como processo interativo e sujeito a normas sociais não se limita a promessas, ordens etc. Mesmo a linguagem usada para asserções a respeito do mundo funda-se no princípio da cooperação: quem aceita uma asserção acredita nela e comporta-se de acordo com ela. As asserções ou constatações também podem ser vistas como formas de ação: ao dizer “João está correndo lá fora”, na verdade estou afirmando algo, e o ato de afirmar pode ser considerado tão performativo quanto os de prometer ou ordenar.

A esse propósito, Habermas salienta que diferentes atos de fala encontram-se, igualmente, respaldados no mesmo princípio,

que ele chama de pretensão de validade (p. 76). Sempre que alguém se utiliza de um enunciado, quer ter suas intenções aceitas como válidas por seu destinatário (p. 82):

No momento em que um falante assume, através de sua pretensão de validade criticável, a garantia de aduzir eventualmente razões em prol da validade da ação de fala, o ouvinte, que conhece as condições de aceitabilidade e compreende o que é dito, é desafiado a tomar uma posição, aceitando a oferta contida no ato de fala, ele assume a sua parte de obrigatoriedade decorrente do que é dito, as quais são relevantes para as conseqüências da interação e se impõem a todos os envolvidos.

A concepção da linguagem como prática social concreta leva em consideração sobretudo as características dos contextos nos quais usar uma linguagem é praticar atos; o significado passa a ser substituído pela força ilocucionária e a teoria da linguagem passa a ser entendida como teoria da ação na qual se incluem os atos de fala.

Na visão de Bakhtin (1992), o ato de fala (ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação) não pode ser considerado como individual, no sentido estrito do termo - isto é, não pode ser explicado somente a partir das condições do sujeito falante. A enunciação, a-

credita ele, é de natureza social. Os signos são criados. Sendo assim, não é suficiente colocar frente a frente dois falantes quaisquer; esses dois indivíduos devem estar socialmente organizados, formando um grupo, ou unidade social, porque só assim um sistema de signos poderia constituir-se.

Isso parece particularmente adequado às condições do discurso político, tal como ele é entendido no contexto a que se refere este trabalho. No entanto, cabe ressaltar que algum nível de comunicação pode ser alcançado nos contatos entre culturas muito distintas, bastando o conhecimento de número mínimo de itens léxicos ou signos gestuais, aliado ao mecanismo de inferências. A principal dificuldade parece ser a aferição das intenções do interlocutor: é o que nos indica a experiência do relacionamento com sociedades tribais, na América, na Austrália ou nas ilhas do Pacífico; a experiência moderna na tradução de registros antigos, como os hieróglifos egípcios, documentos em sânscrito; ou os estudos bíblicos. A questão tem sido colocada ultimamente no contexto da possível descoberta de civilizações ou culturas extra-terrestres, as quais poderão ou não ter desenvolvido mecanismos de comunicação baseados em nomeações e predicções, semelhança e diferença etc. - assunto da ciência especulativa e de sua expansão, a ficção científica.

Para Bakhtin, a consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado, no curso de suas relações.

Para entender um ato de fala, é necessário entender em que situação ele pode ser interpretado, ou seja, de onde provém sua força ilocucionária. Sentenças proferidas em certo contexto podem torna-se atos ilocucionários. Marcondes (1992) dá como exemplo a sentença: “ordeno-lhe que dispare a sua arma”: representará uma ordem se o falante tiver autoridade suficiente, se a ordem for exeqüível etc. Isso equivale a dizer que as circunstâncias devem ser apropriadas, os atores devem desempenhar certos papéis e a fórmula deve ser adequada para que o ato se realize.

A realização de um ato de fala abrange, portanto, a) regras da esfera lingüística e b) convenções sociais e contextuais que estabelecem sua condição de possibilidade. A organização institucional da sociedade estabelece e distribui papéis, possibilitando enunciar determinados atos em circunstâncias tidas como apropriadas - isto é, realizar atos de acordo com valores culturais e padrões de

comportamento que pressupõem determinado sistema social, uma estrutura de poder nas relações sociais etc..

O falante, com seus atributos de autonomia e responsabilidade, é identificado com o agente da ação. No entanto, uma análise mais apurada nos revela que parte do sucesso dos atos de fala é possível devido à conformidade com práticas das quais esses atos de fala fazem parte. Dito de outra maneira, regras sociais condicionam a possibilidade de os falantes aparecerem como agentes da ação que se expressa por atos lingüísticos - ou como sujeitos - agentes desses atos.

Esse condicionamento é fundamental para o entendimento do uso político que se faz da linguagem, que é, quase sempre, considerada como se fosse produzida sob controle total do sujeito. Na verdade, as instituições estabelecem convenções e práticas lingüísticas, regulando contextos de uso e determinando a força ilocucionária dos atos de fala; cabe ao indivíduo falante uma escolha restrita, as vezes binária (falar/ não falar), às vezes nem isso.

O uso da linguagem na esfera pública só é possível por meio de acordos prévios e institucionalizados, mesmo que os participantes não estejam totalmente conscientes disso. A linguagem coloquial e a familiar apresentam maior grau de liberdade; mesmo assim,

o comportamento dos falantes reflete os papéis que desempenham na troca lingüística e no ambiente em que se encontram. Relações domésticas e de companheirismo encerram, sem dúvida, componentes proto-políticos.

De acordo com Habermas (1990), o paradigma de todo uso discursivo é o diálogo, que encerra em si a possibilidade de interpelação por parte do falante, não só do conteúdo lingüístico do que é dito, mas do próprio contexto discursivo do qual é indissociável. Para Bakhtin (1992-b, p.281), o discurso ideológico, como o romance ou o discurso científico, são secundários: durante o processo de sua formação: “eles absorvem e transmudam os gêneros primários de todas as espécies, que se construíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea”. Perdem, então, “sua relação imediata com a realidade”.

Inseridos em uma tradição de estudos lingüísticos que privilegia a língua interna (LI), cuja origem remonta a Humbolt, os pragmáticos, a partir de Austin, concordam com Habermas (da escola de Frankfurt) e Bakhtin (fortemente influenciado pelo formalismo russo) na ênfase dada ao diálogo como gênero primário de uso da linguagem. Grice (1989) salienta que a interação comunicativa,

quando de boa fé (bona fide), está baseada em máximas conversacionais:

**1 - Máximas da quantidade:**

Faça sua contribuição tão informativa quanto necessário  
(para os propósitos reais da informação)

Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.

**2 - Máximas da qualidade:**

Tente fazer sua contribuição verdadeira;

Não diga o que acredita ser falso;

Não diga algo de que você não tem adequada evidência.

**3 - Máxima da relação:**

Seja relevante

**4 - Máximas da maneira:**

Seja claro

Evite a obscuridade de expressão;

Evite a ambigüidade;

Seja breve (evite prolixidade desnecessária);

Seja ordenado.

Tais máximas não têm, é claro, como premissa que o falante seja sempre sincero, mas sim que se supõe que ele o seja como condição de realização do ato lingüístico. O discurso político de convencimento, como qualquer outro, tem sua eficácia condicionada à confiança dos receptores quanto a boa fé de quem o utiliza. Essa confiança é ainda mais crucial porque a fala política constitui-se basicamente de versões ou interpretações da realidade, a que se acrescentam promessas - no dizer de Austin, atos de compromisso e não mera expressão de intenções. Mesmo o discurso orientado para a falsidade e a manipulação pressupõe a verdade e a sinceridade como critérios, sob a pena de autocancelar-se em sua intenção mesma de falsificar.

Poderia a situação ideal de que fala Grice sujeitar-se a deformações resultantes de assimetrias na estrutura social da comunidade lingüística? Para Habermas (1990), é certo que sim. Para ele, a interação social e, portanto, a comunicação lingüística, é regulada pela organização da sociedade: o modo de produção, a divisão social do trabalho, o sistema de poder, as instituições relacionadas à estrutura social e constituídas por ela. A estrutura social impõe assimetria nas regras de produção do diálogo e desigualdade na distribuição dos papéis lingüísticos

Essas assimetrias nas relações entre os interlocutores podem ser ocultadas pela aparência de igualdade; escamoteiam-se as restrições ao acesso da realização dos diferentes atos de fala. A linguagem aparece, então, como neutra, isenta, objetiva, universal, ocultando-se sua relação com crenças, valores e interesses específicos dos que a manipulam.

Atos de fala bona fide fundam-se na possibilidade de os pressupostos e intenções implícitas serem reconhecidos e poderem ser explicitados, se necessário; já em atos de fala manipulatórios (uma categoria dos non bona fide), os pressupostos e propósitos do falante que não devem ser reconhecidos como tais pelo(s) receptor(es) e jamais se tornam explícitos.

Numa conversação com essas características, os recursos que permitem ao orador não ser explícito (o que o poupa de revelar duas intenções ou mentir deslavadamente) baseiam-se no princípio da relevância e da economia lingüística. As implicaturas e pressupostos fazem parte do conhecimento da língua que as pessoas partilham e são, portanto, passíveis de elucidação sempre que necessário. A partir das máximas de Grice, o receptor em boa fé da fala enganosa entende que o que não é explicitado pelo falante pode ser inferido pelo contexto; guia-se pelo princípio de que o falante terá dito o máximo possível com um gasto mínimo de

to o máximo possível com um gasto mínimo de recursos lingüísticos e de uso da memória de longo prazo, já que o tempo na comunicação é sempre limitado (Sperber & Wilson, 1994). O abuso de confiança permite que o non bona fide da fala política seja compreendido bona fide.

O discurso enganoso simula uma situação de sinceridade e cumplicidade calcada, na maioria das vezes, em falácias de persuasão. Muitas expressões correntes no discurso público são vazias de significado real ou remetem a noções sobre as quais não há acordo prévio entre os que participam da comunicação.

Marcondes (1992) estuda os contextos e a utilização da expressão “a vontade do povo” utilizada por Frege (1978) para evidenciar situações em que a vagueza do significado implica a não significação, pelo menos literal da fala. Primeiramente, Marcondes (1992) divide a expressão em dois componentes “vontade” e “povo”.

O ato de vontade constitui-se essencialmente de dois elementos:

- a) a decisão consciente do indivíduo (subjativa)
- b) a expressão identificável por outrem (intersubjetiva)

A linguagem é usada para praticar atos cuja responsabilidade será imputada ao falante. A ação consciente pressupõe a von-

tade e é a vontade que atribui a alguém a responsabilidade do ato. Para explicar adequadamente um momento do comportamento humano, temos que supor, na ótica de Searle (apud Habermas, 1990), que esse comportamento obedeceu a uma regra, mesmo que o próprio agente não seja capaz de declarar que regra é ou não esteja consciente do fato. Tendo em mente essas considerações, Marcondes formula a seguinte questão: “Quais as regras nos possibilitam identificar a vontade popular, seu processo de formação e de expressão?”

A resposta a essa pergunta remete diretamente às instituições, já que a vontade popular raramente se expressa de outra forma que não seja através de atos representativos, como pleitos, eleições, plebiscitos, manifestações públicas eventualmente violentas etc. Ainda assim, é difícil globalizar essas expressões de vontade. Elas podem resultar de estímulos imediatos, numa eleição, ou de situações provocantes, em um protesto, sem que representem intenção coletiva definida e durável. No entanto, quando se fala em vontade popular, sempre se omite seu caráter constitutivamente indireto. Dessa forma, parece que a vontade de uma população se forma e se expressa de maneira autônoma, podendo ser atribuída a um agente, um sujeito que tem a vontade.

O segundo termo da expressão “a vontade do povo”, é também problemático. Segundo Marcondes, quando se diz “O povo exige x “ tem-se um uso metonímico, uma vez que apenas indivíduos podem exigir, pedir, querer; e estas propriedades são atribuídas, por extensão, ao povo. Por outro lado, existe verdadeiramente alguma entidade que possa ser designada como o povo?

Tomemos o discurso do General Ernesto Geisel, então presidente da República, em 1977, sobre o programa nuclear do Brasil:

“Todos nós - Povo e Governo -- temos responsabilidade na promoção do desenvolvimento econômico, social e político, do Brasil... o presente documento visa a proporcionar esclarecimento público sobre o Programa Nuclear do Brasil que conta com o apoio unânime da vontade nacional e se baseia no nosso esforço próprio...”

Atribui-se, então, ao povo responsabilidade por decisões que foram tomadas sem qualquer espécie de consulta democrática. O emprego da locução vontade nacional prossegue imputando (agora, à nação) responsabilidade por um ato de vontade, quando a vontade só pode ser a expressão dos desejos de pessoas físicas e não de entidades abstratas.

O mesmo general Ernesto Geisel, então presidente, dirige-se ao Congresso Nacional, também em março de 1977:

O ano que findou, apesar da dinâmica mobilização do povo para as eleições de 15 de novembro, nas quais o Partido do Governo alcançou consagradora e indiscutível vitória...

As eleições foram realizadas através do voto indireto, sob forte controle do governo (a oposição participou apenas simbolicamente, por considerar a campanha oportunidade única de veicular suas idéias) o que torna difícil compreender "a dinâmica mobilização do povo", bem como a sua participação nos resultados.

O conceito de povo é muito empregado no discurso público. No entanto, a amplitude do termo, bem como a dificuldade de encontrar um referencial adequado para ele, acabam por torná-lo opaco. O exemplo abaixo foi tirado de um pronunciamento do deputado Ruy Ramos, datado de 30 de junho de 1950:

O poder legislativo vai mal, mas não é um mal. É um grande bem, como base e fundamento do regime democrático. Sem ele, extinguem-se as liberdades públicas e o povo que hoje o combate e o incompreende, sofrerá, amanhã, a escravidão da consciência e do pensamento, por falta de voz na vida pública.

Nesse exemplo, outras palavras e expressões estão sendo usadas de forma imprecisa; é o caso de bem, mal, liberdades públicas e escravidão de consciência.

No discurso abaixo, também do deputado Ruy Ramos e de 1950, não é possível identificar em que sentido está sendo empregada a palavra povo - se ela remete à noção de nacionalidade (povo brasileiro) ou de classe social (trabalhadores, proletários):

Temos a consciência da nossa procedência política. Saímos do seio do povo, que trabalha e produz, sonha e espera.

Todas as pessoas (com raras exceções) trabalham e produzem, todos (sem exceções) sonham e esperam; portanto, todos podem identificar-se com o orador. Mas, por outro lado, o deputado se iguala a qualquer outra pessoa: seu discurso torna-se, então, trivial e as afirmações tautológicas.

### 3.1. Noções e Processo Argumentativo

Uma prática argumentativa só é possível se estiver baseada em valores admitidos pelo público a que se destina. Assim, é sempre necessário criar consenso ou ilusão do consenso. De acordo com Perelman (1996), para cada auditório existe um conjunto de normas admitidas que regem as reações e prestam-se a testar argumentos. Esse conjunto de pressupostos é fluído, aberto; seus contornos são particularmente vagos quando se trata de um auditório variado, não especializado. A argumentação parte dos objetos de acordo: fatos, presunções, valores, hierarquia de valores etc.

O uso demagógico da linguagem, na maioria das vezes e, em particular, para platéias abertas, começa com a utilização mal-intencionada de valores universais tais como verdadeiro, belo, bem, justo etc.. Segundo Perelman (1996), eles funcionam como contexto vazio que só adquire significado com a adjunção de valores diversos; são, portanto, instrumentos de persuasão sempre disponíveis. O uso dessas noções sem que se estabeleça um acordo prévio sobre o sentido em que serão usadas, bem como o estabelecimento arbitrário de um sentido para elas, legitima práticas políticas enganosas.

Fidel Castro (1982, p. 19) referiu-se a utilização enganosa desses conceitos quando, obrigado pelas circunstâncias, advogou

em causa própria por ocasião do simulacro de julgamento a que foi submetido pelo governo de Fulgêncio Batista ante um tribunal de exceção.

Confesso que algo me decepcionou. Pensei que o senhor promotor apresentaria uma acusação terrível, disposto a justificar até a saciedade a pretensão e os motivos pelos quais, em nome do direito e da justiça - e de que direito e de que justiça? -, devem condenar-me a vinte e seis anos de prisão.

Fidel utiliza o princípio de que uma interpretação tomada como verdadeira só pode ser contestada por fatos que a desmintam, o que remete à noção de falsificação de uma teoria em Karl Popper (1996). E prossegue:

A opinião pública acaba de contemplar horrorizada o caso do jornalista que esteve seqüestrado e submetido a torturas de fogo durante vinte dias... Em todos os fatos que mencionei, senhores juizes, nem uma única vez apareceram os responsáveis para serem julgados pelos tribunais. Como? Não era este o regime da ordem, da paz pública e do respeito à vida humana?

Um exemplo da utilização enganosa de um conceito (no caso de lei, ordem e de instituições democráticas) é o que vamos

encontrar no manifesto dirigido pelas Forças Armadas do Brasil ao então presidente do Congresso Nacional, Ranieri Mazzilli, por ocasião da renúncia do presidente Jânio Quadros:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram a sua Excelência o Senhor Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente Sr. João Goulart.

João Goulart era então vice-presidente; portanto, pela lei, pela ordem e de acordo com as instituições democráticas, o certo seria que tomasse posse do cargo de presidente.

O que caracteriza noções como mérito ou justiça é a estreita imbricação entre um contexto vazio e uma multiplicidade de valores que, somente eles, lhe dão sentido em dado contexto (Perelman, 1996). O uso preciso de uma noção dessas deverá contextualizá-la, pondo em evidência um de seus aspectos. Daí resulta que a maior ou menor clareza de uma noção sempre é relativa a dado campo de aplicação.

Admitir a indeterminação não significa invocar a impossibilidade de dizer-se o que se quer com precisão. A este respeito são esclarecedoras as palavras de Quine (1959):

.... um pintor limitado a uma palheta reduzida pode conseguir, diluindo e combinando suas cores, representações mais precisas que as de um laborioso autor de mosaicos, com sua limitada variedade de peças e a acumulação hábil de vaguidades tem análogas vantagens em comparação com a conjunção de termos técnicos precisos.

Na ótica de Perelman (1997), as noções não formalizadas são plásticas porque oferecem possibilidades quase infinitas de utilização.

A imprecisão dos conceitos pode ser criada ou aumentada de modo deliberado. É isso o que ocorre, com freqüência, na linguagem, quando certas palavras funcionam como um curinga em jogo de cartas, podendo significar muitas coisas; elas não são exatamente vagas, porém ambíguas. Tais expressões, em determinado período da história política de um país, acabam por tornar-se cada vez menos esclarecedoras e adquirem valorizações, quer positivas, quer negativas, que as tornam chaves do processo argumentativo de determinada construção ideológica.

Exemplificamos esse procedimento com a justificativa dada para cassar os mandatos políticos de mais de cinquenta deputados no ano de 1968. A lista com o nome dos políticos continha o seguinte enunciado explicativo : "Os deputados abaixo citados têm seus mandatos políticos cassados sob a acusação de subversão a ordem estabelecida".

A palavra subversão, durante os 20 anos do regime militar no Brasil, foi definida, sucessivamente e cumulativamente, de tantas formas que acabou por ser quase impossível a uma pessoa não estar em uma dessas definições.

Vejamos algumas definições dadas nesse período:

Mais restrito	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Luta armada contra o poder.</li><li>2. Oposição discursiva ao poder</li><li>3. Atitudes introjetadas contrárias ao poder</li><li>4. Hábitos capazes de induzir a atitudes in- trojetadas contrárias ao poder.</li></ol>
<b>SUBVERSÃO</b>	
Mais amplo	

Outra questão, não menos importante, que se coloca aqui, é qual o destinatário desse discurso, dessa retórica: A quem in-

teressa convencer? Quais os atores e quais os papéis que desempenham nos diferentes jogos lingüísticos da arte política?

### **3.2. O Papel da Opinião Pública**

Landowski (1992), para definir o papel desempenhado hoje por políticos e jornalistas, lembra a organização cênica do teatro na antiga Grécia. Nele, entravam em cena três elementos o koilon, constituído pelos espectadores (em nível político corresponde a categoria dos governados), a orquestra (formada pelo coro, representando a opinião pública, e o corifeu seu porta voz) e o logeion (a classe política, governantes). O chefe do coro mediava entre a cena e a arquibancada do teatro, da mesma forma que, na estrutura atual, o sistema cenográfico implícito, subjacente à transformação da vida política em espetáculo, institui duas figuras distintas: a opinião pública, de um lado e seus porta-vozes, de outro.

Opinião pública é um conceito abstrato que só faz sentido se entendido dentro desse cenário. Para interpretá-lo é necessário recorrer a um “longo processo histórico de figuratização das categorias do imaginário político”; no entanto a utilização desse conceito, assim como ocorre com o conceito de povo, passa, na maioria das

vezes, de forma enganosa, a idéia de um agente ao qual se pode, sempre que necessário, aferir responsabilidades.

Vejamos dois exemplos do emprego dessa expressão que Landowski tirou de jornais franceses:

1) “O Ministro da Justiça declara que é contra a pena de morte, mas que é preciso mantê-la porque a opinião é favorável a ela”. (Le Monde, 9 de outubro de 1978).

2) “O combate pelos direitos do homem só pode ser conduzido pôr uma campanha de informação, indispensável para obter o apoio da opinião pública”. (Le Monde, 26 de outubro de 1978)

São duas formas, com implicações distintas, de utilizar a expressão opinião pública: a primeira consiste em postular que os governantes devem sempre ceder a ela, limitando-se ao papel de interlocutores obedientes, a segunda, em propor que a opinião pública é sempre guiada. No primeiro caso, justifica-se a demagogia; no segundo, inocentam-se as formas de controle da opinião, ao utilizar-se (abusivamente?) a palavra informação para significar a imposição hábil de versões tendenciosas para os fatos. Na prática, temos duas formas do mesmo processo: o engodo.

Lage (1997) assegura que o controle da opinião pública fundamenta-se a) na restrição de versões inconsistentes com o estado de coisas pretendido; e b) na imposição de versões consistentes com o estado de coisas pretendido.

Em 1 de abril de 1977, anunciando o recesso do Congresso Nacional, o general Ernesto Geisel expõe, de maneira exemplar, a versão dos fatos políticos na perspectiva do grupo no poder - de forma tal que ele sempre parecerá razoável, comedido e competente:

... por fim, em novembro de 1976, a Emenda foi enviada ao Congresso Nacional. Imaginávamos que, dado o interesse nacional pela reforma da justiça e seu caráter apartidário, teríamos o apoio unânime do Poder Legislativo e dos membros tanto do partido do governo como do partido da oposição. Agora, em março deste ano, verificamos que o partido da oposição apresentava reivindicações que nada tinham que ver com a reforma... assim mesmo procurou-se negociar com a oposição... infelizmente, não se conseguiu resultado algum... não nos restou outra alternativa que não a de lançar mão dos recursos institucionais... confio que meu partido, a Arena, apóie integralmente essa medida, que não visa punir os congressistas, mas que se

tornou indispensável para dar ao país aquilo de que ele precisa.

O interesse nacional na tal reforma judiciária aparece como pressuposto, consensual ou óbvio. Os recursos institucionais legitimam-se, também por pressuposto, e a certeza do apoio da Arena (cuja razão de ser era apoiar o governo) transforma-se em confiança. A teatralidade do script proposto por Geisel materializa a metáfora de Landowsky.

#### 4. O FENÔMENO DA IMPRECISÃO

A relação da linguagem com o mundo (a que o homem tem acesso por percepções e sensações) é, desde a antigüidade, questão filosófica intrincada. Uma corrente muito forte parte da suposição de que existe correspondência direta entre representações mentais e o mundo; freqüentemente, não distingue “representações mentais” e “proposições”. Nesses termos, a verdade seria apenas uma questão de adequação íntima entre a expressão lingüística e um estado de coisas no mundo: *veritas est adaequatio intellectus et rei*.

A tese de que diferentes noções correspondem à realidade em diferentes graus vem sendo explorada mais recentemente, embora esteja implicada na prática lingüística desde o tempo mais remoto. Ela se insere em um modelo que sustenta que os signos não correspondem intrinsecamente aos objetos, mas dependem de esquemas conceituais dos usuários e do modo como eles os empregam em dada comunidade.

Uma das pioneiras nos estudos experimentais relativos à capacidade humana para categorizar aspectos da realidade é Eleanor Rosch. Segundo ela (apud Kleiber, 1990), as pesquisas em antropologia, psicologia e lingüística têm em geral tratado das categorias como entidades do tipo lógico, com fronteiras claramente definidas; cada membro seria definido pela posse de um conjunto mínimo de traços necessários e suficientes.

Rosch e seus colaboradores procuram demonstrar empiricamente que existem membros ou instâncias de categorias que possuem um status especial dentro da categoria. Tais elementos seriam tomados como o exemplo mais representativo da categoria, ou seja, o seu protótipo. O protótipo está diretamente relacionado com a experiência das pessoas e com seu modo de ver a realidade e categorizá-la; não haveria nada na natureza que fosse responsável pelo fato de vermos maçãs, nos países frios, e laranjas, em todo o mundo, como sendo mais frutas do que são as outras frutas por exemplo, abacaxis ou bananas.

Conceitos diretamente relacionados com a organização da sociedade e que remetem à tradição não podem ser entendidos com a mesma objetividade dos conceitos que se relacionam a contextos externos ao homem. Admitindo-se que entidades naturais co-

mo árvores e rochas existem independentemente da mente humana, categorias culturais, como instituições sociais, não existiriam senão pela ação projetada por essa mesma mente humana, ou pela interação de muitas mentes humanas.

A diferentes visões da linguagem associam-se diferentes pontos de vista filosóficos no que concerne a própria essência do homem, visto que a linguagem é a mais humana das habilidades.

Foucault (1966), a partir de Nietzsche, critica o objetivismo que começou por volta do século XVI, e aponta dificuldades que resultariam da lógica binária, ao advogar a relação direta do símbolo com o significado sem a necessidade da mediação de uma hermenêutica. O símbolo transparente, a idéia do terceiro excluído, de Aristóteles ou, mesmo, a oposição significante significado, em Saussure, teriam substituído indevidamente a opacidade constitutiva do simbolismo.

De acordo com Durand (1979), a espontaneidade de criação é uma espontaneidade humana, ou seja, cultural, que pertence ao que Jung coloca dentro da noção de "inconsciente coletivo". Dentro dessa perspectiva, salienta (p. 18): Chez l'homme on ne peut jamais dissocier culture et nature. O homem teria de ser entendido dentro de um contexto histórico, cultural e, ainda, como parte da na-

tureza que o rodeia e do cosmos. Segundo esse autor, o homem não pode ser separado de tudo que o rodeia e constitui. Na ausência de “um sujeito humano” que sirva de referência, a cultura acabará por volatilizar-se. A ciência, diz ele, procura uma verdade, “absoluta mas vazia”; é a tradição que relativiza palavras e coisas.

O grau de precisão de um enunciado ou palavra é sempre relativo a um campo da experiência humana. Nas ciências da natureza, a indefinição é menor. Os conceitos basicamente considerados, como espaço, tempo ou velocidade, instituíram-se por consenso; não parece razoável discuti-los. Mas nem isso assegura a precisão absoluta. Mesmo os instrumentos que nos permitem delimitar ou precisar cientificamente uma aferição, dentro de um conceito, estão sujeitos a erro. Não é possível saber se um terreno de 30 metros quadrados mede exatamente 30 metros quadrados nem uma fração mínima a mais nem a menos. É claro que, para a maioria dos fins práticos - excluídos os contextos caóticos, nos quais, na expressão de Lorenz (1996), o bater das asas de uma borboleta no Brasil poderia, em tese, causar um tornado no Texas -, a margem de erro não tem grande importância. No entanto, fica a constatação de que as nossas melhores certezas resultam de consenso e aproximações.

Na linguagem corrente, a situação é diversa: trata-se aqui de operar não com medidas precisas mas com variáveis difusas, que ganham sentido com referência a contextos de enunciação ou de enunciados e que, de toda forma, mantêm alto grau de vagueza: quando um morro passa a ser uma montanha, uma vila começa a ser considerada uma cidade e assim por diante, um homem é alto ou velho?

No nível das sentenças, cabem algumas considerações relativas à indeterminação do sentido. O princípio da bivalência, do terceiro excluído, por exemplo, não se adequa às sentenças das línguas naturais, ainda que declarativas, proferidas em contextos específicos; não podemos dizer de muitas sentenças declarativas na vida real se são verdadeiras ou falsas se não considerarmos o contexto. O valor de verdade dessas sentenças é função de vários elementos: o tempo, o espaço, quem as proferiu e em que circunstâncias; são semanticamente dependentes do contexto. Uma sentença como: Sou a mãe do André será verdadeira ou falsa dependendo de quem a proferiu e em que momento. Se uma mulher tem o sonho de ter um filho e a intenção de dar a ele o nome de André, isso não basta para tornar a sentença verdadeira; ela só será verdadeira no momento que a realidade confirmar o enunciado. A mesma sentença será falsa

se proferida por outra pessoa que não a mãe do André ou pela mulher que é mãe de André antes de ele ter nascido; aí, em qualquer sentido que se tome. No entanto, muitas sentenças, talvez a maioria, expressam atitudes proposicionais: desejo ou intenção; suspeita ou temor; conhecimento ou dúvida, questionamento ou especulação. Outras declaram situações subjetivas não verificáveis, às vezes nem mesmo pelo falante. Em todos os casos, a adequação do enunciado à realidade falece de sentido.

Em muitos casos, a verdade ou falsidade de uma sentença é questão de opinião: em outros termos, depende de pressupostos. Um enunciado como "o general Geisel era, na época, presidente do Brasil" pode ser considerado verdadeiro ou falso dependendo do conceito de presidente que o receptor tiver, se ele acreditar que um presidente, sendo personagem do regime republicano, deve ser escolhido depois de consulta à população, ou a seus representantes, não sujeitos a constrangimento, a sentença será falsa; se, no entanto, ele acreditar que o presidente é aquele que se encontra em condições de fazer uso das atribuições do cargo, a frase será verdadeira. Em outras palavras, o conceito de presidente modifica-se se é considerado de direito ou de fato.

Não só sentenças podem ser, de alguma forma, indefinidas. A indefinição semântica aparece, principalmente, nos diferentes itens lexicais, mas é mais fácil de se evidenciar nos adjetivos, por sua condição de predicadores de objetos. Como exemplo típico desse fenômeno temos os adjetivos de grau: grande e pequeno, velho e moço, claro e escuro, que constituem problemas especiais para a semântica do valor de verdade. Um elefante pequeno é um animal grande, sapos grandes são pequenos animais etc. São conceitos, portanto, relativos e não absolutos. De modo geral, itens léxicos correspondem a variáveis lingüísticas. Conceitos realmente constantes são difíceis de se encontrar e geralmente metalingüísticos, isto é, referidos a algum código humano ou delimitação técnica: força e pressão em Física, numeral e número em matemática etc..

Alston (1972) sustenta que um termo é vago nos casos em que não existe resposta definida quanto ao que o termo se refere. Meia-idade é indefinido nesse sentido. Aos 5 e 80 anos de idade, uma pessoa não é de meia-idade, aos 50 anos é. Mas o que dizer dos 39, 41 ou 60 anos? Parecem existir faixas de ambos os lados dos casos nítidos de meia-idade, onde não está claro o que devemos dizer. Para Copi (1974), um termo é vago quando existem casos limítrofes de tal natureza que é impossível determinar se o termo se a-

plica ou não a eles. É importante salientar que, em situações como a do exemplo relativo à meia idade, afirmar que não existe resposta definida não é dizer que não podemos encontrar resposta adequada dada a insuficiência de provas. Não se trata de não termos conseguido encontrar a resposta; é que não há resposta. Isso demonstra que a situação é devida a um aspecto do significado do termo e não ao estado atual dos nossos conhecimentos.

Para Fuchs (1986), um termo é ambíguo se possuir mais que um sentido, correspondendo a diferentes estados de coisas; e é vago quando não é possível determinar sua fronteira. As principais diferenças entre ambigüidade e vagueza, segundo essa autora, são:

- a) a ambigüidade é um acidente (colisão de formas) enquanto a vagueza é intrínseca da linguagem;
- b) a ambigüidade é limitada a certas expressões, envolvendo certo número de palavras; a vagueza atinge todas as expressões, não afetando-as da mesma forma (grau de vagueza);
- c) a ambigüidade é resolvida pelo processo finito de desambigüização e a vagueza é parcialmente resolvida pelo processo infinito de especificação (precisification);

d) a ambigüidade se opõe à unicidade; a vagueza se opõe à precisão.

e) a ambigüidade é fenômeno lingüístico, sistemático, regular e marcado; a vagueza é fenômeno extralingüístico, discursivo, não sistemático, não regular e não marcado.

f) as expressões ambíguas podem ser verdadeiras ou falsas ao mesmo tempo; a expressão vaga não é verdadeira nem falsa.

Kempson (1980) aponta quatro tipos de vagueza:

a) A vagueza referencial ocorre quando o significado do item léxico é claro, mas é difícil decidir sobre sua aplicação a certos objetos: morro ou montanha? floresta ou bosque?

b) A vagueza sintática diz respeito à indeterminação do significado de um item ou sintagma. Em o livro de João, a preposição não determina qual a relação estabelecida entre o livro e João, é ele o autor, o dono do livro ou o que detém sua posse.

c) A vagueza dos termos amplos ocorre quando o significado é muito geral. A designação pessoa não especifica sexo, idade etc.

d) A vagueza disjuntiva refere-se a casos em que o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações. O uso do ou (inclusivo ou vel, exclusivo ou aut) cria esse fenômeno (que seria entendido por Fuchs como um tipo de ambigüidade), em sentenças como "defendemos os direitos de trabalhadores ou empresários".

Para Quine (1960):

A vagueza é uma qualidade inerente ás línguas naturais. Ela ocorre quando não se pode determinar se um termo é verdadeiro ou não de um determinado objeto (casos nebulosos).

Segundo Moura (1996), o grau de vagueza de um termo é variável; depende do contexto e da construção lingüística em que está inserido. Uma das formas de reduzir a vagueza de um termo é compará-lo com um segundo termo: "é extenso como a baía da Guanabara", por exemplo.

Também é importante diferenciar indefinição de falta de especificidade. Num enunciado como “devemos tomar medidas para enfrentar esta emergência”, não é a indefinição relativa a palavra medidas a responsável pela determinação insuficiente do sentido dessa afirmação; mas sim o uso do termo genérico medidas no lugar da explicitação de quais medidas a serem tomadas, o que corresponde ao terceiro dos quatro tipos de vagueza propostos por Kempson.

Tomemos o discurso proferido pelo deputado Ruy Ramos, em 3 de janeiro de 1950:

Nós queremos ser no Brasil a nova fé. A esperança da mocidade e a confiança da velhice. A herança sagrada da tradição e o rumo do futuro, para a salvação do povo e a redenção da pátria.

Temos aqui a ocorrência concomitante da indefinição e da falta de especificidade. As palavras nova, mocidade, velhice, salvação são essencialmente vagas. Até que idade um pessoa pode ser considerada moça e quando começa a ser velha? Mas também há que se especificar o que é a nova fé, em que devemos ter esperança

e qual é esse futuro tão promissor que pode a um só tempo salvar o povo e redimir a pátria.

Outro exemplo, extraído de parte do manifesto dirigido pelas Forças Armadas ao presidente do Congresso Nacional, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, no intuito de impedir a posse do vice-presidente João Goulart:

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

A que ordem pública eles estavam se referindo, já que eram os comandantes militares que queriam (ou assumiam a condição de sujeitos de querer) impedir a posse do vice-presidente eleito por voto popular? Que sentido tem falar em compreensão do povo, se compreender é ato individual, intransferível a um coletivo vago como povo? Como se pode falar em povo cristão, ordeiro e patriota, se esse coletivo inclui certamente não cristãos, desordeiros e indivíduos cosmopolitas? Que significa uma força armada serena? E o que é a decisão de uma tropa, senão o designo de seus comandantes? A palavra tropa não estará, aí, no lugar de comando? Manter a ordem, finalmente, pode ser interpretado como assegurar a paz (ou a

calmaria, paz aparente) pela exibição de força, sustentando no poder tiranos, demagogos, profetas de uma causa ou o que mais se queira, dependendo do contexto.

De acordo com Waismann (1952) os substantivos genéricos apresentam fonte inexaurível de indefinição, que decorre do fato de que conceituamos (damos nomes ao que nos rodeia) baseados no que podemos ver e observar. Portanto, ao nomear algo, temos em mente apenas certas espécies de situações; por consequência, o conceito só está armado contra algumas contingências, não todas. Exemplifica com a palavra gato e pede que imaginemos que a entidade conhecida por esse nome começasse de súbito a falar, ou crescesse até ficar com três metros de altura, ou começasse a aparecer e desaparecer e assim por diante. Em quais de tais situações continuaríamos a dar o nome de gato ao animal?

Essa característica dos termos recebeu de Waismann o nome de textura aberta ou possibilidade de indefinição. Sua alegação é de que esse tipo de indefinição nunca pode ser completamente eliminado, visto que, embora possamos tomar uma decisão sobre o que dizer em um caso, há sempre outros casos concebíveis para os quais o conceito ainda não está delimitado.

Quando nos referimos a instituições sociais, a situação é mais complexa. A palavra democracia, por exemplo, tem uma história que remonta à antigüidade grega. Na Grécia antiga, a possibilidade de opinar livremente em praça pública era crucial para essa definição, mas também eram cruciais a soberania da assembléia que reunia todos os cidadãos (o primado da lei) e sua autonomia para decidir sem pressões; eleições não faziam parte do processo democrático, exceto para comandantes do exército. Já se vê que o significado tem variado; conceitos como esse dependem de um background histórico e cultural, o que explica o conflito decorrente de seu uso quando o ambiente sócio-cultural passa por mudanças significativas. Muitos só podem ser adequadamente empregados em condições sociais muito específicas e em um ambiente histórico e cultural rigorosamente delimitado. Do contrário, torna-se difícil estabelecer consenso quanto ao que se está falando.

É o que ocorre com freqüência em debates políticos, em que dois ou mais falantes estão se referindo à mesma noção, porém empregando-a de forma consideravelmente distinta. No Brasil, a palavra comunista foi intensamente empregada, principalmente entre os anos 60 a 80, como rótulo para tudo o que os sistemas de gover-

no da época consideravam como ameaça. Vejamos alguns exemplos.

Discurso do Deputado Pereira da Silva, em 28 de agosto de 1961, referindo-se à questão da sucessão do presidente Jânio Quadros, que havia renunciado, e à situação política criada pela tentativa de impedimento da posse do vice-presidente João Goulart.

...se as Forças Armadas desejassem livrar o Brasil dos comunistas, não teriam permitido, até aquele momento, que comunistas confessos, que declararam, no Congresso, que ficariam ao lado da Rússia, no caso de uma guerra do Brasil com aquele país, continuassem somente porque tem bordados de militares, a comandar as Forças Armadas em várias regiões, apesar de ter havido, mais de uma vez, denúncias desse fato, nesta Casa e por toda parte. Por que não tomaram providências em ponto algum? E no entanto, agora querem deixar de cumprir a Constituição, alegando que a segurança nacional está em perigo. Realmente está, porque assim o quis o Sr Jânio Quadros, que a ingenuidade popular trouxe ao palácio da Alvorada. Foi ele quem perturbou a situação política do Brasil, e a sua posição na política estrangeira, criando esse clima de insegurança, dando crachás a homens como Che Guevara. Foi ele quem criou, exatamente, esta situação.

Trecho do manifesto a nação, da autoria dos ministros militares, após a renúncia de Jânio, em agosto de 1961.

Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem as claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais... E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele ministério, até em postos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores... não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

As palavras comunista, assim como ideologia e outras também estão sendo usada de maneira a promover sua associação sistemática com cenários ligados à desordem, anarquia e infiltração

de elementos a mando de governos estrangeiros. No discurso maniqueísta da época, da mesma maneira que comunista era qualquer opositor, ideologia era qualquer crença que não a do falante - esta, naturalmente, promovida a ciência e dotada, em princípio, de verdade.

Chomsky e Herman (1988) atribuem à religião do anticomunismo nos Estados Unidos da guerra fria um papel de filtro impedindo a livre circulação de idéias, ao lado de outros filtros que operam na mídia: os grupos de pressão conservadores, a propriedade privada, a vocação para o lucro, a composição das diretorias das empresas, e sua inserção no esquema econômico-financeiro dominante.

No exemplo do manifesto a nação, associa-se a imagem do vice-presidente João Goulart à ideologia perigosa professada por agentes da desordem, da desunião e da anarquia, muito embora fosse ele o substituto legal de Jânio Quadros e, os autores do documento, ao conspirar contra sua posse, agissem realmente pela desordem e pela desunião. Por outro lado, a estrutura lógica desse tipo de discurso consiste num conjunto de proposições que decorrem umas das outras, tendo, freqüentemente, como premissa - geralmente não expressa, mas intuída, como entinema - a idéia de que o comunismo é

sempre perigoso e promovido por agitadores a mando de uma política internacional; trata-se, pois, de uma teoria conspiratória, vagamente apoiada em entidades meio fantásticas, meio verdadeiras, mas certamente não atuantes na época, com o kominform, organismo que, na era de Stalin, coordenava a ação dos partidos comunistas. Deve-se lembrar que a maioria dos chamados, na época, de comunistas não eram membro de nenhum partido comunista.

O exemplo abaixo foi extraído de depoimento do Marechal Odílio Denys ao historiador Hélio Silva, dando sua versão sobre os fatos de 1964:

Com a vitória do movimento militar revolucionário foi afastado o perigo comunista, que ameaçava o país. Esse fato deu satisfação geral e não era para menos. Todo o mundo ficou tranquilo porque ficou sabendo em definitivo, que as forças armadas é que agiram maciçamente nesse sentido e estarão daqui por diante sempre alertas para livrar o povo dessa ideologia. Quero ressaltar é que, a partir de certo tempo para cá, foi se acentuando a infiltração de elementos da extrema esquerda, especialmente no partido cujo programa mais se prestava para isso que era o trabalhista. Vem porém a campanha presidencial; foi lançada a combinação Jan-Jan, da qual resultou a eleição da chapa Jânio Quadros - João Goulart, este, chefe do partido

trabalhista, que tinha como aliado eleitoral o comunismo ...o comunismo não tardaria a dominar. E assim começou a conspiração; passei a coordenar os elementos civis e militares que acreditavam no perigo do governo do Doutor João Goulart e que se mantiveram atentos desde sua posse. Depois do plebiscito foi aumentando paulatinamente o número de militares dispostos a reagir...

#### 4.1. Pressupostos e Subentendidos

Na visão de Ducrot (1972), para diferenciar pressuposto de subentendido, devemos considerar alguns exemplos, como:

- 1) Se Pedro vier, João partirá.
- 2) João não detesta o vinho.
- 3) João continua a fumar.
- 4) Pedro deu pouco vinho a João.

O destinatário de 1 conclui que a vinda de Pedro é condição necessária e suficiente para a partida de João. Esse entendimento sugere a implicação logicamente falsa de que:

- 1.a) - “Se Pedro não vier, João não partirá”.

Já o enunciado 2, parece conter a afirmação de que:

- 2.a) - “João gosta muito de vinho”, que é logicamente falsa.

O enunciado 3, leva inevitavelmente às conclusões de que:

3.a) - “João fumava antes”, e

b) - “João fuma atualmente”, ambas implicações verdadeiras.

Da mesma forma, 4 indica que

4.a) - “Pedro deu vinho a João” - e, ao mesmo tempo que

4.b) - “Pedro deu-lhe pouco vinho”.

Para Ducrot, 1a e 2a constituem subentendidos, ao passo que 3a - b e 4a - b constituem pressupostos. É característico do pressuposto resistir a certas modificações e manipulações sintáticas (como a interrogação ou a negação): os pressupostos de um enunciado são sempre afirmados, ainda que os modifiquemos para a forma sintática da negação ou da interrogação. Quer pergunte (“João continua a fumar?”) ou negue (“É falso que João continua a fumar”) mantenho o pressuposto (“João fumava antes”).

Enfim, quando o pressuposto aparece numa frase complexa, assume ali o carácter de frase elementar. O enunciado “João continua a fumar” interpreta-se “João fumava antes” (conteúdo pressuposto) e, ao mesmo tempo, “João fuma atualmente” (conteúdo posto). Em “João continua a fumar, embora o médico tenha proibido”

a relação de subordinação não incide sobre o pressuposto “João fumava antes”, mas somente sobre o restante do conteúdo, ou seja, sobre o conteúdo posto (a afirmação de que “João fuma atualmente”.)

Tais testes não se aplicam aos subentendidos. Estes possuem, ao lado do sentido subentendido, um primeiro significado, o seu sentido literal.

Essa duplicidade permite ao emissor do enunciado jogar com a autenticação dos dois sentidos, de acordo com a conveniência de seus propósitos; se o destinatário utiliza, em prejuízo do destinatário, o sentido subentendido, o remetente pode sempre retorquir que o único sentido legítimo da sua mensagem é dado pelo sentido literal. Por isso, na opinião de Ducrot, a frase “João não detesta vinho” apresenta uma vantagem política: possibilita dizer alguma coisa aparentando não a dizer.

Já o pressuposto pertence, de pleno direito, ao sentido literal, pois ele é inerente ao próprio enunciado e é uma evidência do universo do discurso onde a comunicação necessariamente se inscreve. Pressupor um conteúdo é colocar sua aceitação como condição do diálogo ulterior. É por esse motivo que a escolha de determinados pressupostos apresenta-se como um ato de fala particular que

transforma imediatamente as possibilidades de fala do interlocutor. A escolha dos pressupostos limita a liberdade do ouvinte, obrigando-o (se ele quiser prosseguir o discurso esboçado) a tomá-los como quadro de sua própria fala. Desta forma, quando se introduzem pressupostos num enunciado, fixa-se o preço a pagar para que a conversação possa ser continuada.

#### **4.2. Implicaturas**

Ilari & Geraldi (1985) - a partir de Grice - consideram as implicaturas como casos em que uma expressão assume significação real ao relacionar-se com informações e expectativas dos interlocutores engajados numa conversação específica. O sentido que a expressão assume então no contexto de fala pouco ou nada tem a ver com o sentido que se poderia esperar dela a partir das palavras que a compõem. Dão o seguinte exemplo: dois colegas de profissão passam uma semana viajando, a serviço. Acabam de retornar e estão na casa de um deles, que é pai de uma menina pequena. Os três (pai, colega e criança) estão brincando no quarto da menina e esta, em dado momento, dirige-se ao pai dizendo: "papai, eu queria brincar com você". Para bom entendedor, a menina está convidando o intru-

so a retirar-se. Toda sentença deve apresentar informações relevantes em sua interpretação literal; não sendo o caso, resta ao ouvinte descobrir, nela, outro sentido que não o literal.

Conclusões ou presunções derivadas das máximas de Grice são chamadas por ele de implicaturas. Como implicaturas podem ser analisadas várias figuras de linguagem e muitos dos implícitos, circunstancial ou convencionalmente veiculados na conversação. Na implicatura, a derivação de sentido passa obrigatoriamente pelo contexto conversacional.

Segundo Ilari & Geraldi, tanto as implicaturas como as pressuposições não fazem parte do conteúdo assertado; entretanto, entre as pressuposições e as implicaturas, há importante diferença, que é preciso salientar: no processo pelo qual somos levados a compreender um conteúdo pressuposto, a estrutura lingüística oferece elementos que nos permitem derivá-lo. Quando, ao contrário, derivamos implicaturas do discurso do nosso interlocutor, o suporte na construção lingüística é bem menos óbvio (p. 77):

Interpretar é, sempre, entre outras coisas, reconhecer uma intenção; as intenções é que contam, e o sentido literal só existe como uma hipótese, ou melhor, como uma construção a posteriori do analista.

## 5. A RETÓRICA DO GOLPE DE 1964

..não ande nos bares,  
esqueça os amigos.  
Não pare nas praças,  
não corra perigo.  
Não fale do medo  
que temos da vida;  
não ponha o dedo  
na nossa ferida

(Vitor Martins)

O material escolhido para essa pesquisa é um discurso que ganha intensidade no início da década de 60, contestando o regime constitucional, aciona o golpe de 64 e permanece até o fim do período militar. Focaliza a dicotomia manutenção da ordem versus mudanças na estrutura social. Está inserido no quadro decorrente da industrialização e da urbanização, que acionou interesses e aspirações considerados absurdos ou ameaçadores por segmentos da classe média tradicional e pelas oligarquias que sempre tiveram e têm maioria representativa no Senado e na Câmara. Faz parte de uma crise institucional que, segundo Hélio Silva (1975) apresenta como traço político fundamental a separação cada vez maior entre a

nação e seus representantes. Insere-se, por fim (mas não secundariamente), em uma etapa da guerra fria marcada por intenso radicalismo e pela ameaça da revolução cubana, que despertou, por toda a América Latina, aspirações difusas de auto-afirmação e romantismo guerrilheiro. Nesse período, temos, sucessivamente, a renúncia de Jânio em 1961, a batalha pela posse de Jango, a conspiração, o golpe de 1964 (Dreifuss, 1981) e o Ato Institucional de 1968, que completou o fechamento do regime.

O componente essencial desse discurso é o conceito de segurança nacional institucionalizado no contexto de guerra fria. Naquele momento, a segurança nacional de cada país americano era compreendida como parte da segurança dos Estados Unidos, que treinavam os oficiais das forças armadas do continente. O nacionalismo extremado de parte desses oficiais evoluiu, no entanto, para projetos de desenvolvimento autônomo, particularmente no Brasil, que, como a Argentina, cultivava a aspiração de ser uma potência regional.

A contradição - entre as aspirações nacionalistas de parte dos militares e a integração do país, como satélite, no bloco liderado pelos Estados Unidos - tornou-se evidente na década de 70, gerando conflitos de interesse. À medida que a ameaça comunista

foi-se tornando mais remota (quer pelos problemas econômicos e sociais evidentes na União Soviética, quer pelo conflito entre este país e a China, quer pelo isolamento de Cuba), as ditaduras da América do Sul mostraram-se menos necessárias e mais incômodas. O conceito evoluiu, então, para o de segurança global, conduzindo à satelitização dos países ao sul do Rio Grande, como ficaria evidente após a queda dos regimes militares, substituídos ou por democracias formais, como no Brasil, ou por ditaduras civis, como no Peru. O que caracteriza esses regimes não é a sua formalização política, mas a falta de propósitos nacionais, substituídos pela tese da Globalização inevitável (Lage, 1977).

Muitos oficiais brasileiros estagiaram nos Estados Unidos e de lá trouxeram a noção de segurança nacional, tal como ela foi empregada no discurso dominante durante os 20 anos de regime militar no Brasil. Acordos denominados de cooperação hemisférica levavam anualmente militares aos Estados Unidos e à zona do canal do Panamá para minucioso treinamento. De volta ao Brasil, esses alunos traziam incorporadas as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da guerra fria, associando-o, freqüentemente a um nacionalismo nem sempre retórico - lutavam pela criação de um estado tecnológico, com acesso, por exemplo, á energia nuclear e a

informática -, mas sempre conservador. A ESG compartilhava a visão de um estado estável, somente possível por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional.

Os militares desempenhavam o papel de guardiões do status quo, defendendo (ou julgando que defendiam) a pátria de um inimigo comum ao hemisfério: o comunismo - e nisto estavam conformes com a doutrina aprendida nos centros de treinamento americano.

Março de 64 não se esgota na ação militar: há a mobilização de forças progressistas e conservadoras. A preparação da opinião pública, através da utilização dos meios de comunicação de massas (imprensa, rádio, televisão) culminou com demonstrações como a da marcha da família e se perpetuou no discurso institucional. A reação progressista ganharia as ruas nos anos seguintes, empolgada já não por setores operários (os sindicatos estavam anulados como força política), mas por segmentos da nova classe média (fruto e beneficiária da industrialização), gerando o fechamento do regime com o AI-5, em 1968.

Muito do discurso dessa época contrapõe a idéia de estabilidade política e manutenção da ordem a uma ideologia de tendência socialista que teve seu início no Brasil com Alberto Pasquali-

ne e que constituiu o alicerce do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pertenciam ao PTB Leonel Brizola, João Goulart e outros. O enfrentamento desses dois discursos, que a propaganda oficial denominava de democrata e comunista, é a base da retórica que perpassa o processo anterior e imediatamente posterior ao fechamento do regime com o AI-5.

No processo desse confronto, agruparam-se, à esquerda do trabalhismo mas forçados pelas circunstâncias a apoiá-lo, dezenas de grupos políticos que iam do tradicional partido comunista, fundado em 1922, aos neo-trotskistas, católicos de esquerda, românticos fascinados pela imagem de Guevara e jovens democratas radicais.

Os presidentes militares utilizaram uma linguagem ufanista, fundada nas noções de desenvolvimento, progresso, milagre econômico (o milagre brasileiro foi uma plataforma publicitária para cuja difusão, no país e fora dele, contrataram-se empresas de marketing) e, curiosamente, democracia. Contrapunham a essas palavras-de-ordem um inimigo interessado na desordem, na subversão e, principalmente, comprometido com o comunismo internacional

Com relação ao pensamento militar, que tinha seu núcleo na ESG, uma representação mental fundada em visão reducionista

do quadro social colocava de um lado os bons e do outro os maus, associando a estes cenários de intranqüilidade, greves, passeatas e manifestações violentas de rua. Esse maniqueísmo é típico da esquemata do pensamento militar, que precisa, para ser eficiente, dividir o universo do discurso em aliados e inimigos. A aceitação de qualquer mérito, virtude ou parcela de razão no inimigo significa perda da atitude combativa que sempre se espera da tropa.

Hélio Silva (1975, p. 20) acredita que o golpe de 64 não resultou de mudança no cenário político, mas sim, da eclosão dos problemas que o país vinha enfrentando já há algum tempo. As reivindicações populares, por décadas esquecidas, os problemas insolúveis, as eternas misérias, acuaram o populismo que vinha do governo. Não atendidos, o resultado era, primeiro o conflito social e, em seguida o próprio confronto: a greve, as exigências de reforma, até por meio violento. A inflação, utilizada por Juscelino para impulsionar o rápido crescimento econômico, tornou-se um problema para João Goulart, embora se mantivesse em níveis que seriam depois amplamente superados - e ponha-se amplitude nisso..

A política não se reduz, porém, às motivações abstratas ou globais: ela se exerce através de organizações e atos humanos. Embora houvesse problemas, a situação econômica e política do

Brasil não era crítica, nem as tensões sociais graves o bastante para justificar uma intervenção como o golpe de 1964. As motivações apontadas por Hélio Silva foram, na verdade, agenciadas e amplificadas por grupos de pessoas liderados por setores econômicos nacionais e multinacionais agrupados em organizações como o IPES e o IBAD e com forte atuação nas empresas de comunicação. É o que mostra René Armand Dreifuss (Dreifuss, 1981).

Discursos de parlamentares, no episódio renúncia de Jânio, três anos antes da revolução de 64, mostram o processo contínuo que culminou com o golpe militar. Do Deputado Bezerra Leite, em agosto de 1961 (Silva, 1975, p. 48):

Sr presidente, com a renuncia, ontem, do Sr. Presidente da República, deverá assumir o governo do país o vice presidente João Goulart. As forças armadas deverão cumprir, fielmente, os seus deveres constitucionais, assegurando a ordem pública, garantindo as instituições e, preservando, em toda a sua pureza, em toda a sua essência, o regime democrático. As reiteradas declarações dos chefes militares de que serão os fiadores da legalidade e da ordem, tranqüilizam a nação brasileira... Podemos confiar tranqüilamente em João Goulart

Quando o parlamentar diz que os militares vão cumprir fielmente seus deveres constitucionais, está negando (e, portanto, admitindo) o pressuposto de que não seria essa a atitude deles. Fala, a seguir, em “assegurar a ordem pública” e “garantir as instituições”. Por que meios será a ordem pública assegurada? Se esses meios forem violentos, ainda seria possível falar em “ordem pública”? E, afinal, a que “ordem pública” o discurso faz referência. E qual a “essência” do “regime democrático”?

O discurso de João Goulart, datado de 13 de março de 1964, e o de Ildo Menegheti, encarregado de se contrapor a Leonel Brizola em sua área de maior influência política, o Sul do Brasil, exemplificam diferentes interpretações de noções vagas:

No “comício das reformas”, pouco antes de sua deposição, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, disse Goulart (Silva, 1975, p. 457):

Devo agradecer às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação, devo agradecer ao povo brasileiro por essa demonstração extraordinária a que assistimos emocionados, aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer, também, aos sindicatos que, de todos os estados, mobilizaram os seus associados...

Temos aqui a expressão povo brasileiro usada de forma retórica. Certamente, o povo brasileiro não estava na Central do Brasil, sequer representado pelos militantes sindicais presentes. Um povo é algo mais do que os trabalhadores, estes algo mais do que os que pertencem a sindicatos e os sindicalizados algo mais do que a militância. Nem se poderia alegar que o presidente falava à população distribuída por todo o território: na maior parte do país, as emissoras de rádio (como as de televisão e os jornais, estavam profundamente envolvidas na trama do golpe de estado e deram ao comício cobertura discreta, fundada em aspectos secundários (como a beleza da primeira dama) e, eventualmente, irônica:

Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações, o direito de serem brasileiros, e o de trabalhar de sol a sol pela grandeza deste país.

O que vem a ser o direito de ser brasileiro? E no que consiste a grandeza do país - territorial, econômica, política? Que sentido tem um político trabalhista, no regime legal de oito horas diárias de trabalho, referir-se a quem trabalha "de sol a sol"? Serão, e-

ventualmente, os trabalhadores rurais, em época de plantio ou colheita?

Ildo Menegheti, organizando, em Passo Fundo, a oposição a Leonel Brizola e João Goulart (Silva, 1975, p. 433), conclama:

Rio-grandenses, brasileiros! Nesta hora trágica e, ao mesmo tempo, gloriosa que vive o nosso povo; dirijo-me a todos os rio-grandenses para dizer-lhes que estou presente na luta que trava nossa pátria pela sobrevivência da democracia e da liberdade.

Aparecem palavras chaves da retórica política da articulação golpista: democracia e liberdade Organizar movimento para depor um presidente eleito pelo povo faz parte da noção de democracia, nesse discurso, em oposição às manifestações de rua, que eram o forte de João Goulart. Trata-se do recurso recorrente à maioria silenciosa sempre suscitado pelos que não dispõem de suporte da minoria ruidosa.

Outro trecho do discurso de Ildo Menegheti:

Estas rádios foram ocupadas pela força e entregues aos inimigos da democracia, que as estão utilizando para pregar a desordem, a indisciplina e a violação da carta constitucional.

Surgem os inimigos da democracia. Ocorrem também as noções de desordem e indisciplina, cruciais no discurso dos envolvidos no golpe militar.

Tal universo de discurso cria o campo propício para a aplicação da doutrina de segurança nacional. As idéias básicas, que a constituem, têm sua origem na ESG, que assim define e expressa segurança nacional (Martins, 1986, p. 9):

Grau de garantia que - através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares - o estado proporciona à nação para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais.

A doutrina de segurança nacional (DSN) é, toda, formulada nessa linguagem. Martins (1986) considera surpreendente o grau de imprecisão dos conceitos. Essa vagueza revela a estranha evolução do pensamento militar republicano que, na sua origem positivista, tinha grande interface com o discurso das ciências exatas. "São objetivos por demais abrangentes, generalidades com pouco conteúdo real", comenta Martins.

Eis o enunciado de dois desses objetivos (Martins, 1986, p. 34 e 35):

Democracia - adotar como regime político aquele baseado nos princípios democráticos, e em coerência com a realidade brasileira.

Progresso - Conquista, em todos os campos da atividade nacional, de níveis de vida compatíveis com os melhores padrões do mundo e proporcionados pelos recursos materiais humanos do país.

A definição de democracia é circular: faz-se a partir da palavra democráticos, que, por sua vez, provém de democracia, que acaba não permitindo que se saiba quais os princípios em questão. Quanto à realidade brasileira, haveria que se especificar a que realidade a definição se refere: se aos dados macroeconômicos; se à situação de dependência do país; se a realidade do Norte, do Sul, das classes privilegiadas ou dos operários, dos latifundiários ou dos sem terra e assim por diante - visto que, nos diferentes casos, não temos, com certeza, a mesma realidade.

O que se deve entender por progresso também não fica claro. Quais são os campos da atividade nacional que devem ser considerados? O que é um nível de vida compatível com os melhores padrões do mundo? Compatível em que sentido e quais são os melhores padrões do mundo? Nível de vida é nível de consumo, de alimentos, de saúde, ou um pacote de índices?

O discurso abaixo, datado de 1964, é do deputado Braga Ramos (Banco de Dados da Congresso Nacional):

O Congresso Nacional dará ao povo aquelas reformas democráticas e cristãs que o povo brasileiro está exigindo e que nós muitas vezes dissemos desta tribuna que não dávamos porque não confiávamos na execução por parte de Sr. Presidente da República, cujos propósitos nos eram suspeitos.

As reformas democráticas e cristãs, no caso, contavam com forte presença da força armada e rejeição ativa de setores religiosos. Em parte alguma de seu discurso ou dos discursos que o precederam diz-se que reformas são essas, dúvida que, por contradição, também subsiste quanto as reformas de base pretendidas por João Goulart. Atribui-se ao coletivo abstrato, o povo, propriedades, como a de exigir, que só podem ser atribuídas a indivíduos. E, finalmente, o adjetivo suspeito modifica propósitos. Como é possível saber o que é um propósito suspeito? Quem suspeita do que ou de quem? Quem é o sujeito da atitude proposicional suspeitar e de que se suspeita, isto é, qual a ameaça contida no propósito?

Outro trecho do mesmo discurso:

...hoje já não está mais lá quem possa inspirar-nos desconfiança, já não está na presidência da república o homem que dobrou a espinha e se submeteu ao jugo de aproveitadores, de comunistas filocomunistas, criptocomunistas e toda essa categoria de indivíduos que tramavam contra as instituições e contra a estabilidade do regime.

O que inspira desconfiança numa pessoa, pode inspirar confiança em outra, visto que os medos de uma pessoa dependem de sua história de vida, de suas crenças e assim por diante. Desconfiar, muitas vezes, funciona como sinônimo de não estarmos certos de alguma coisa. Desconfiar de alguém pode significar que não se está certo de suas intenções e, se o inverso da desconfiança não é explicitado, como no caso, que esse alguém não é confiável, isto é, que não merece, no geral, confiança. O verbo inspirar, por sua vez, é uma metáfora (o termo comparante é a respiração) que implica a noção de causalidade, de uma perspectiva passiva. Quando digo que um evento ou pessoa me inspira desconfiança, tudo que meu interlocutor pode inferir é que devo estar dizendo a verdade, já que se pressupõem que as pessoas são sinceras e relevantes ao manifestar-se. O plural nós pressupõe que o falante tem identidade com os ouvintes que é, evidentemente, imaginária ou, no mínimo, pressupos-

ta. Se é difícil saber o que, exatamente, significa comunista, nos enunciados da época, filocomunista e criptocomunista deve ser algo parecido com aquilo que não se sabe exatamente o que seja - os amigos (filo) ou os ocultos (cripto) inimigos do grupo a que pertence o orador. De que instituições e de que regime está se falando: da Constituição, que não previa o golpe; do regime democrático, que prevê a livre expressão do pensamento político e o respeito às constituições nacionais?

Discurso do Deputado Domício Freitas, datado de 1965  
(Banco de Dados do Congresso Nacional):

Senhor presidente, Srs. Deputados, em Santa Catarina, como de resto, acredito, nos demais estados onde deverá haver eleições para governador este ano, começa a se criar um clima de apreensões, prenúncio de sérias agitações. ...ali se mostra, à luz das leis da psicologia, como a propaganda política serve de instrumento aos regimes políticos a serviço de uma ideologia, de conquista do inconsciente coletivo, sublevando-lhe as paixões, os ressentimentos, os desajustes... Sob este aspecto é que o governo do Sr. João Goulart - sob o qual o internacionalismo comunista tentou larga experiência, utilizando-se essa técnica de discórdia que é a guerra psicológica - é enquadrado.

De acordo com a definição de dicionário, apreensão é uma cisma, um receio vago. Um clima de apreensão definiria, assim, um estado genérico de espírito (metaforicamente associado à condição climática) referido a um receio vago - quase nada, portanto. Pre-núncio, por sua vez, pode ser definido, em muitos casos, como pres-ságio ou índice de coisa futura. Um receio vago que serve de pres-ságio para sérias agitações não pode ser justificativa para uma medida concreta, como, no discurso citado, proibir as eleições; isso mesmo que estivesse claro o que se entende por sérias agitações - em oposição ao que seriam agitações não-sérias. O que para o autor do discurso representa sérias agitações pode ser visto, sob outra ótica, como manifestações do processo democrático, tais como mobilização de partidos políticos para a indicação de candidatos, manifestação popular de apoio a um nome e assim por diante. Qual a propaganda política que serve de instrumento para não se sabe que regime, que serve a não se sabe que ideologia, que, por sua vez, subleva as paixões, os ressentimentos e os desajustes?

O parágrafo abaixo faz parte da introdução do Ato Institucional n 5 (Banco de Dados do Congresso Nacional):

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 decorre dos atos com os

quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam dar ao país um regime que, atendendo as exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito a dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e as ideologias contrárias à tradição do nosso povo...

A palavra revolução tem um percurso curioso nesse período histórico. Revolução, particularmente depois da tomada do poder por Fidel Castro, em Cuba, era o que mais se temia. Mas o conceito tinha sua popularidade, tanto que os golpistas o usaram para apelidar seu movimento. Revolução brasileira é duplamente ambíguo, uma vez que essa expressão vinha sendo usada em meios acadêmicos influenciados pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) para designar o processo de industrialização e modernização deflagrado no pós-guerra e cujas raízes remontam a 1930.

Um regime busca atender as exigências de um sistema jurídico e político. Por que não se especifica a que sistema jurídico e político o enunciado diz respeito? E o que vem a ser autêntica ordem democrática? Em que liberdade ela deve estar baseada e a que dignidade diz respeito? O que vem a ser subversão? Expressar idéias contrárias ao regime através da imprensa ou no plenário da Câmara

dos Deputados é exercer a liberdade ou incorrer em subversão? E o que é uma ideologia contrária à tradição do nosso povo - considerando os regimes oligárquicos e ditaduras da história brasileira?

Continuando com o AI-5:

... buscando, desse modo, os meios indispensáveis a obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria.

Por que é necessário construir novamente o país? O que é construir? O que se constrói nessa construção? O que é reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil e quais os critérios para alcançar essa meta? Pois não vinha sendo o país governado exatamente pelas forças que editaram o ato? Estariam essas forças confessando sua própria fragilidade como gestoras da economia, da política e da moralidade pública? Que problemas graves e urgentes seriam esses: manifestações de rua em algumas cidades? O movimento estudantil? Os conspiradores esquerdistas, que ainda não haviam passado da retórica à ação militar? Por que não ser explícito?

## Outro parágrafo do mesmo Ato Institucional:

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o poder revolucionário, ao editar o Ato Institucional n 2, afirmou categoricamente que "não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento, não pode ser detido.

Não é possível saber quais são aqueles objetivos, pois eles não estão especificados em parte alguma do documento. Algumas das palavras-chaves da retórica do golpe - ordem e segurança interna - reaparecem sem que, novamente, se defina o que se entende por elas. Também não se esclarece que pessoas e que grupos são considerados anti-revolucionários e o qual o significado convencional para o uso dessa expressão. Além disso o uso da disjunção em pessoas ou grupos anti-revolucionários e em trabalhem, tramem ou ajam indica que a sentença pode ser verdadeira sob diferentes condições. Pode significar que tanto as pessoas que trabalham,

quanto as que tramam ou agem são consideradas perigosas para a revolução (ou inclusivo) como, também, que ou as pessoas que trabalham, ou as que tramam, ou as que agem são uma ameaça para a revolução (ou exclusivo). Da mesma forma não se sabe no que consiste trabalhar, tramar ou agir contra a revolução. E quais foram os compromissos que a revolução assumiu com o povo brasileiro?

Prosseguindo com o AI-5:

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo.

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da revolução. Preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária...

Aqui, simula-se a existência de pressupostos comuns a quem escreve o documento e ao público. Quando o documento considera "atos nitidamente subversivos... oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais", está sustentando, ou pelo menos pre-

tende fazê-lo, que esses atos fazem parte do conhecimento partilhado pelo público, de um lado, e pelas autoridades, do outro, quando na verdade não se sabia de que atos subversivos estava-se falando, ou, exatamente, quais atos eram subversivos e quais não eram: a palavra subversão era aplicada a tantos procedimentos que quase qualquer ato público poderia ser qualificado como tal. O instrumento jurídico que "a revolução outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem estar de seu povo" é o próprio AI-5 que, assim como os atos que o precederam, institucionalizava cassações de mandatos, prisões e outras penas sem que aos punidos fosse dado direito a defesa e sem que fossem acusados, especificamente, de tal delito, cometido em tais e tais circunstâncias, em tal dia e tal lugar.

Segundo Ducrot (1977), os pressupostos, no discurso político, aparecem principalmente, e de maneira privilegiada, nas descrições definidas, como no caso dos ideais superiores da revolução. Não se dizia, objetivamente, que ideais eram esses. Em um momento em que muitas pessoas estavam ou logo iriam estar desaparecidas, que significado deveriam ter palavras como tranquilidade e harmonia social? Finalmente, o que são processos subversivos (note-se

que não havia, então, operações armadas contra o governo) e de que guerra revolucionária se está falando?

Discurso, do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto precedendo o golpe de 64 (Magalhães, ao lado de Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, então Guanabara, foram conspiradores, depois ejetados pela criatura que resultou da conspiração), constrói um script para justificar seus atos(Silva, 1975, p. 471):

Brasileiros:

Foram inúteis todas as advertências que temos feito ao país.

Contra a radicalização de posições e atitudes.  
Contra a diluição do princípio federativo, Pelas reformas estruturais, dentro dos quadros do regime democrático...

Em "foram inúteis todas as advertências", temos o uso da pressuposição. A técnica de veicular informação relevante através do pressuposto torna os destinatários do discurso responsáveis pelo que está sendo dito, uma vez que já estariam, supostamente, informados do fato (isto é, das advertências). Como advertir um país? Adverte-se ao culpado - e se o país é culpado, como adverti-lo e a quem - a um território, ou a todo um povo, ou a seus símbolos? Se, contrariamente, fosse colocada a situação explicitando o alvo da ad-

vertência e através de conteúdo posto (por exemplo, "fizemos tais e tais advertências a Fulano de Tal e essas advertências foram inúteis"), os destinatários do discurso encontrar-se-iam frente a fatos por eles desconhecidos pelos quais não poderiam, portanto, ser responsabilizados. Em "contra a diluição do princípio federativo", temos o emprego de metáfora, na qual um princípio legal comporta-se como os saís de uma solução - embora seja difícil imaginar a semelhança para além da figura de retórica.

O uso do artigo definido em a radicalização de posições e atitudes também sugere um conhecimento prévio, por parte dos ouvintes, de qual radicalização de posições e atitudes se estaria falando. Não era o caso, certamente, de todos os quase todos os destinatários da fala.

Prosseguindo com o discurso:

Finalmente, quando a crise nacional ia assumindo características cada vez mais democráticas, inútil também foi o nosso apelo ao Governo da União para que se mantivesse fiel à legalidade constitucional.

Tivemos, sem dúvida, o apoio de forças representativas, todas empenhadas em manifestar o sentimento do povo brasileiro, ansioso de paz e de ordem para o trabalho, único ambiente pro-

pício à realização das reformas profundas que se impõem, que a Nação deseja, mas que não justificam, de forma alguma, o sacrifício da liberdade e do regime.

Se a crise nacional ia assumindo características cada vez mais democráticas, então não se pode entender a razão do golpe militar. Na sentença inútil também foi nosso apelo, há o conteúdo pressuposto (fizemos um apelo anteriormente); e o conteúdo posto (nossô apelo foi inútil). Dessa forma, insinua-se que o público deveria saber de tal apelo, o que não poderia ser transmitido se a frase fosse construída, somente, por conteúdos postos: havíamos feito, anteriormente, um apelo ao governo e esse apelo foi inútil. Também não é possível saber o que significa para o orador manter-se fiel à legalidade constitucional, já que ele próprio conspirava contra o regime constitucional, conclamando adesão a um golpe de estado. Prosseguindo: o apoio de forças representativas, todas empenhadas em manifestar o sentimento do povo brasileiro, ansioso de paz.. Por que o governador Magalhães Pinto não especifica que apoio foi esse e a que forças representativas está se referindo? A ânsia de paz é comum a todos os povos: estaria a paz, de fato, sendo ameaçada? E a que paz está se referindo o orador se, novamente, é ele que prega a resistência, inclusive armada, se necessário, ao poder constituído? Por que não

aponta, sequer uma vez, qual ilegalidade - grave, flagrante, poderosa o bastante para justificar a sedição - estaria sendo cometida pelo presidente ou seu governo? E por que, neste caso, não recorreu à Justiça, nem tentou recorrer?

O discurso utiliza o que Perelman (1996) chama de valores universais. Segundo esse autor, conceitos como os de paz, ordem e sacrifício da liberdade, que aparecem nesse discurso, funcionam como contextos vazios que só adquirem significado quando devidamente precisados e especificados. A que paz, ordem ou liberdade Magalhães Pinto quer se referir? Ainda, segundo Perelman, o estabelecimento arbitrário de um sentido para essas noções (sem um acordo prévio entre os envolvidos na comunicação) legitima práticas políticas enganosas.

Outro trecho do mesmo discurso :

O Presidente da República, como notoriamente o demonstram os acontecimentos recentes e suas próprias palavras preferiu outro caminho: o de submeter-se à indisciplina nas Forças Armadas e de postular e, quem sabe, tentar realizar seus propósitos reformistas, com o sacrifício da normalidade institucional e, acolhendo planos subversivos que só interessam à minoria dese-

josa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que ele repele.

O uso da pressuposição serve ao propósito de dar a entender, de modo indireto, estarem os ouvintes ao par de informações que estão sendo usadas de forma tendenciosa no discurso em questão. Quando o orador diz que "o presidente da república, como notoriamente o demonstram os acontecimentos recentes e suas próprias palavras, preferiu outro caminho", está pressupondo que todos concordem com a idéia de que os tais acontecimentos recentes (não especificados), bem como as palavras do presidente (não reproduzidas) comprovem que este preferiu o caminho da indisciplina nas forças armadas. Esse pressuposto é, na verdade, apenas a opinião do governador Magalhães Pinto a respeito dos acontecimentos citados; Há clara indicação em documentos históricos (citados por Dreifuss 1964, entre outros) de que a indisciplina foi, ao contrário, promovida - na Marinha, principalmente, e no Exército -, com o objetivo de assustar e mobilizar a oficialidade para o golpe, com o uso de agentes, como o famoso cabo Anselmo.

Segundo o dicionário, postular pode significar reconhecer sem demonstrar. Portanto, quando o governador diz que o presidente da república quer "postular e, quem sabe realizar seus propósitos

reformistas", está simultaneamente dizendo que não é possível demonstrar e que não se sabe se o presidente quer mesmo realizar seus propósitos reformistas, menos ainda com o sacrifício da normalidade institucional. É curioso que se queira impedir um presidente de realizar ou, sequer, postular reformas; quanto ao sacrifício da normalidade institucional, não há fato que a sustente, além de que o golpe, em si, é a expressão mais pura desse sacrifício. O que fica saliente nesses enunciados é a insinuação dos propósitos malévolos do presidente, inferidos mais de um clima político do que de fatos concretos.

Quando diz que o presidente estaria acolhendo planos subversivos, Magalhães não especifica que planos são estes; beneficia-se das muitas interpretações possíveis para a palavra subversivo, bem como da vagueza inerente a esse conceito e já então em processo de ampliação. Se tais planos presidenciais "só interessam à minoria desejosa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que ele repele", insinua a existência de conhecimento partilhado, entre ele e os ouvintes, de qual minoria seria esta e de que sistema de tirania se fala..

Prosseguindo com o discurso do governador Magalhães

Pinto:

Ante o malogro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as forças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, feridas no que mais lhes importa ao País - isto é, a fidelidade aos princípios de hierarquia garantidores da normalidade institucional e da paz pública - consideram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República.

Vemos, nesse trecho, claramente, como o orador simula um consenso com os destinatários. De acordo com a teoria da relevância, o uso de pressupostos e implicaturas responsabiliza sobremaneira o ouvinte pela interpretação dos enunciados. Quanto mais conteúdo implícito, mais o ouvinte será responsável pela interpretação do que é comunicado e maior é o conhecimento supostamente partilhado entre eles. O falante utiliza maior número de pressupostos e implicaturas quanto mais confiança tiver nos conhecimentos partilhados por ele e seu destinatário.

Ao referir-se ao "malogro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais", Magalhães Pinto sugere que é do conhecimento de seu público o malogro em questão bem como a necessidade de reformas dentro da estrutura

do regime democrático. Ora, as reformas, antes demonizadas, aparecem agora como objetivos legítimos, restando a discordância quanto aos métodos: em lugar dos que Goulart utilizava ou pretendia utilizar, as reformas viriam pela ação armada - e isso as tornaria mais democráticas, o que expressa, no mínimo, uma contradição. Na verdade, a idéia de reformas era popular e os revoltosos, ainda inseguros do sucesso, temiam rejeitá-la. No mais, não só a população não estava a par da conspiração em curso (e, se tivesse, ela não seria uma conspiração) como não teve nenhuma participação na organização de eventual mobilização em Minas Gerais.

Retoam-se, nesse parágrafo, algumas das palavras-chave da retórica do golpe de 64; *normalidade institucional*, paz pública e legalidade. Essas palavras acionam interpretações positivas através das entradas enciclopédicas. Mesmo que diferentes pessoas tenham diferentes modelos de paz, *normalidade* ou *legalidade*, tais palavras expressam, provavelmente, seus maiores ideais. Portanto, sempre que forem empregadas, facilitarão a adesão do público às teses apresentadas.

Continuando com o mesmo discurso:

Move-as a consciência de seus sagrados compromissos para com a Pátria e para com a so-

brevivência do regime democrático. Seu objetivo supremo é o de garantir as gerações futuras a herança do patrimônio de liberdade política e de fidelidade cristã, que recebemos de nossos maiores e que não podemos ver perdidos em nossas mãos.

A coerência impõe-nos solidariedade a essa ação patriótica.

Nesse trecho, abusa-se dos valores universais, também chamados por Perelman de objetos de acordo: são usados de forma imprecisa, para que cada um possa interpretá-los de acordo com suas crenças e convicções. É sempre difícil resistir ao argumento de quem diz ser movido pelo sagrado compromisso para com a pátria, seja lá qual for esse compromisso e a razão de se considerá-lo sagrado.

Em realidade o golpe de 64, como quase todos os golpes de estado, visava proteger interesses, em particular do setor bancário, que participava pouco do Produto Interno Bruto (3%) e logo elevaria sua participação (para 15%) (Lage, 1998). Magalhães Pinto presidia um grande banco. Se ele entendia necessária a sobrevivência do regime democrático, deve ter-se frustrado bastante, já que o movimento que defendia iria privar a população de comparecer as urnas por 20 anos.

As noções de patrimônio de liberdade política e de fidelidade cristã são essencialmente vagas. Liberdade de qual prisão? O que é fidelidade cristã? Fidelidade a que princípio cristão? Quais os traços determinantes para a definição de cristão?

Finalizando o discurso:

Ao nosso lado, estão todos os mineiros, sem distinção de classe e de condições, pois não pode haver divergência quando em causa está o interesse vital da nação brasileira. É ela que reclama, nesta hora, a união do povo, cujo apoio, quanto mais decidido e sem discrepâncias, mais depressa permitirá o êxito dos nossos propósitos de manutenção da lei e da ordem.

Que o povo mineiro, com as forças vivas da nação, tome a seu cargo transpor esse momento histórico. Só assim poderemos atender aos anseios nacionais de reforma cristã e democrática. Esse o fruto que nos há de trazer a legalidade, por cuja plena restauração estamos em luta, e que somente ela poderá conseguir.

O que menos importa nesse discurso - e no discurso político em geral - são os fatos ou a coerência. Magalhães Pinto está incitando os ouvintes à revolta; no entanto, fala na manutenção da lei e da ordem, e em reformas democráticas e cristãs. Constrói um cená-

rio e um script: as palavras ordem, segurança e tranqüilidade aparecem inseridas em uma cena qual a maioria do povo, os militares e os políticos confiáveis defendem a segurança da pátria ameaçada por uma minoria de políticos alheia aos interesses do povo e interessada na subversão, na baderna. Promete estabilidade, sem negar a necessidade de reformas, utiliza o conceito de cristão (na expressão reformas cristãs) opor-se ao de comunista. Essa oposição deveria parecer óbvia, em que pese a pregação dos púlpitos, empolgados, na época, pelas encíclicas sociais.

## 6. CONCLUSÃO

Algumas conclusões podem ser tiradas com relação ao material estudado. Uma delas diz respeito à repetição sistemática de conceitos e sua constante associação a determinados cenários; lembra um processo de condicionamento de reflexos. De um lado, segurança, ordem, cristãos, desenvolvimento, paz, democracia etc.; de outro, subversão, ideologia contrária à tradição do povo, comunismo internacional.

No entanto, nem toda ordem é justa, nem sempre segurança e tranquilidade são condições inteiramente benéficas em todos os momentos históricos de uma comunidade. Por outro lado, subverter a ordem, quando essa ordem traz mais males do que benefícios, pode não ser uma atitude negativa. Portanto, não são unicamente as palavras usadas (embora, elas sejam importantes) as responsáveis por sua interpretação favorável ou não, mas sua associação a episódios mais ou menos desejáveis.

No caso da retórica do golpe de 1964, atenção especial parece ter sido dada à construção de cenários, associada, com fre-

qüência, à imprecisão dos conceitos. Expressões como comunista, greve ou manifestação de rua, aparecem associadas a conflitos, violência, intranqüilidade etc., quando poderiam associar-se a liberdade, participação, democracia etc.

Ao lado de conceitos vagos, demasiado abrangentes, ce- nas garantem determinadas interpretações. Tomando como exemplo o parágrafo abaixo do Ato institucional n 5 (Banco de Dados do Con- gresso Nacional):

Um regime que... assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito a dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e as ideologias contrárias a tradição do nosso povo.

e o transformássemos num esquema, teríamos:

### **o cenário**

<b>Combate entre:</b>	
<b>Lado A</b>	<b>Lado B</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ordem democrática/Liberdade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Subversão</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Respeito à dignidade da pes- soa humana</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ideologias contrárias à tradição do povo</li></ul>

Noções como liberdade, democracia e dignidade, entre outras, são plásticas, isto é, oferecem possibilidades ilimitadas de utilização. “O uso de uma dessas noções deverá contextualizá-las, pondo em evidência um de seus aspectos” (Perelman, 1977). O autor lembra, também, que no discurso público muitas expressões são “vazias de significado real”, pois remetem a noções a cujo respeito não haveria acordo prévio. A persuasão simula um consenso inexistente, construindo uma realidade virtual para situar esses termos.

Pudemos observar que, mesmo quando se tratava de definir objetivos, como no caso da doutrina de segurança nacional, não houve tentativa de esclarecimento das noções. É o que se pode constatar através da própria definição de segurança nacional presente na doutrina de mesmo nome. (Martins, 1986, p. 34)

Grau de garantia - que através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares - o estado proporciona à nação para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais.

Em muitos discursos, as considerações mais relevantes, aquelas que os oradores queriam que fossem aceitas, são transmitidas através de pressupostos, como nesse trecho do discurso do, en-

tão, governador Magalhães Pinto anunciando o golpe (Silva, 1975, p. 471):

Ante o malogro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático...

Os conceitos relativos à organização social e política (mas não somente eles) são produto das convenções que regulam a vida do homem dentro de sua comunidade social. Esses conceitos devem ser entendidos dentro do momento histórico e político de que fazem parte; como elementos constitutivos da retórica desse período.

A expressão *a vontade do povo*, mencionada por Frege, remete ao momento histórico da formação do nacionalismo alemão e, depois, do nazismo. Ela é, por um lado, imprecisa, porque é difícil determinar como se forma e se expressa a vontade da população, e por outro lado, está impregnada de valores afetivos. O mesmo acontece com as expressões vistas no presente estudo. Elas são ao mesmo tempo vagas, pois não se pode delimitar as condições necessárias e suficientes que formam seu sentido (quais os traços tomados como base para a definição de *comunista ou cristão*), e repletas de conotação afetiva. Se é bem verdade que nunca ficou muito

claro o que se entendia por *subversão*, é ponto pacífico que ela acarretava interpretações negativas para grande parte da população brasileira, aquela que mais se deixava influenciar pelo discurso da mídia e do poder. Novamente o reflexo condicionado.

Concordamos com Eco (1979) quando diz que “determinado modo de empregar a linguagem identifica-se com determinado modo de pensar a sociedade”.

## 7. BIBLIOGRAFIA

- ALSTON, William P. Filosofia da Linguagem, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972
- AUSTIN, J.L. How to do Things with Words. Oxford, University Press, 1962
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem, São Paulo, Hucitec, 1992
- \_\_\_\_\_. Estética da comunicação verbal. São Paulo, Martins Fontes, 1992-B.
- CABRAL, Leonor S. Introdução à Psicolinguística. São Paulo, Ática, 1991
- CASTRO, Fidel. A História me absolverá. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982
- CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. São Paulo, Ática, 1995.
- COLEMAN, Linda & KAY, Paul. Language. S/l. s/ed., 1980.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981
- DUCROT, O & TODOROV, T. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- DUCROT, Oswald. Princípios de Semântica Lingüística. Dizer, Não Dizer. São Paulo, Cultrix, 1977
- \_\_\_\_\_. O Dizer e o Dito. Campinas, Pontes, 1987
- DURAND, Gilbert. Science de l'homme et tradition. Paris, Berg, 1979.

- ECO, Humberto. A Língua, o poder e a força: viagem na irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FILLMORE. Principles of case grammar: the structure of language and meaning. Tokio, Sanseido, 1975.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 1993.
- FOUCAULT, M. Les mots et les choses. Paris: Gallimard, 1966
- FREGE, G. Lógica e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FUCCHS, C. Le vague et l'ambigu: deux frère ennemis. Quaderni di semantica, V.2, n 7, 1986
- GRICE, H. "Logic and Conversation". In: Syntax and Semantics 3. New York: Academic Press, 1967.
- HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990
- HABERT, Nadine. A década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo, Ática, 1996
- HERMAN, Edward e Chamsky Noam. Manufacturing Consent - the political economy of the mass media. New York: Pantheon Books, 1988.
- ILARI & GERALDI. Semântica. São Paulo: Editora Ática, 1985
- JONHSON- LAIRD, Philip. N. The computer and the mind - an introduction to to cognitive science: Cambridge ( Massachussets), Harvard University Press, 1988.
- KEMPSON, R. Teoria Semântica. Rio de Janeiro, Zahar ,, 1980
- KLEIBER, G. La sémantique du prototype. Paris, PUF, 1990.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 1996.

LAGE, Nilson. A verdade conveniente. Petrópolis, Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. "O discurso da ditadura e a norma urbana culta do Rio de Janeiro". Comunicação & Política, vol. 3. no. 1-4, p. 94-108, 1985.

LAKOFF, George. Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind. Chicago Press, 1987.

LANDOWSKI, Eric. A sociedade refletida. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992

LORENZ, Edward N. "O efeito borboleta". In: \_\_\_\_\_. A essência do caos. Brasília, UNB, 1996, p. 219-222.

MARCONDES, Danilo. Filosofia, linguagem e comunicação. São Paulo, Cortez Editora, 1992

MARTINS, Roberto R. Segurança nacional. São Paulo, : Editora Brasileira, 1986

MONTEIRO, Paula. "Cultura e Democracia no Processo da Globalização". Novos Estudos. São Paulo, CEBRAP, março 1996, nº 44.

MOREIRA, Marco Antônio. Modelos Mentais.

[Http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/n3/moreira.htm](http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/n3/moreira.htm). 1997.

MORENO, Arley R. Wittgenstein Através das Imagens. Campinas, Unicamp, 1995.

- \_\_\_\_\_. "Estilo, Pragmática, Filosofia". In Caderno de História e Filosofia da Ciência. Campinas, Unicamp, 1995, vol. 5, número especial.
- MOURA, H. O Buraco Negro do Valor de Verdade: a Semântica dos Predicados Vagos. Tese de doutorado, Unicamp, 1996.
- PARRET, Heman. Enunciação e Pragmática. Campinas, Unicamp, 1988.
- PEARS, D. As idéias de Wittgenstein. São Paulo, Edusp, 1973.
- PERELMAN, C. Tratado da Argumentação - A Nova Retórica. São Paulo, Martins Fontes, 1996,
- \_\_\_\_\_. Retóricas. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Cultrix, 1996.
- POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- QUINE, W. Word and Object. Cambridge, MIT, 1996.
- RACCAH, P.Y. "Argumentation and Natural Language". Journal of Pragmatics, 1986.
- ROSSI, Clóvis. Militarismo na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1990
- SILVA, Hélio. 1964 -- Golpe ou Contragolpe. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. Relevance, communication and cognition. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- TEIXEIRA, João. "Naturalismo e Representação Mental". In Epistemologia e Cognição. Brasília, UNB, 1993/1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo, Brasiliense, 1993

WALTZER, Michael. Las Esferas de La Justicia. México, Fondo de Cultura Economica, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tratado Lógico-Filosófico & Investigações Filosófica. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.